

supposto cazasse com o dito Dezembargador Joao Correa de Carvalho por dote, e Arras, para que cada hum fuisse com ametade dos adquiridos, e elle declarasse o que a R. levou, que foy errada, e diminuta a tal declaração, porque os bens com que a R. entrou no casal, que forão de Manoel Martins Medina seu marido, e de que ficou por universal herdeira, eraõ de muito mayor importancia, por quanto o dito seu marido era homem de negocio e de muito grosso trato, em tanto que a parte da R. somente couberão 60 U. cruzados por sua morte, como consta do livro de rezão que o dito Manoel Martins Medina, e do balanço que deu ao dito livro nos dias proximos ao seu falecimento, feito de sua letra, e reconhecido pelos homens de negocio, o qual por ser homem de sam consciencia, e geralmente reputado por homem verdadeiro costumava escrever verdade nos seus livros onde se não achão escritos os preciosos moveis, que havia, e muitas peças de ouro, prata, e diamantes, o que tudo a R. levou para do dito Dezembargador, quando casou com elle, e que exprimindo-se na escritura do dote, que cada hum faria hum rol dos bens com que entrava, que o dito Dezembargador o suprimira em odio de seu genro, para que não pudesse haver a parte que lhe viria a tocar nos ditos bens, nem da que resultasse por sua morte das importantes encomendas que o dito Dezembargador cobrou pertencentes ao casal do dito Manoel Martins Medina, que forão muito consideraveis, e que como não esta paga do seu dote nem da importancia das dividas que o dito Dezembargador pagou com os bens da R. contrahidas por elle antes do

no VI Pars IV.

matrimonio, que se declarão no ultimo artigo da contrahida, nem da ametade dos bens, que ao dito Dezembargador se doaraõ durante o matrimonio contrahido com a R. que se deve declarar, que todos os bens de que esta de posse lhe pertencem, os quais pede por reconvenção, por quanto supposto assignasse a declaração feita na dita escritura de dote, que fez por medo reverencial, e que por meticulosa se deve declarar por nulla. O que tudo visto, e o mais dos autos, e disposição de direito, e como se mostra pela escritura de instituição de Cappella fol. 9 feita em 13. de Julho de 688. chamar o dito Dezembargador Joao Correa de Carvalho por administradores aos AA. vinculando na dita instituição a sua quinta da Granja de Alpriate com seus foros, oliveas, e terras annexas, e cem mil reis de juro no Paço da Madeira, e toda a mais fazenda de raiz que por sua morte se achasse na dita Cappella os pios encargos que constaõ da mesma escritura, a qual instituição se não mostra que fosse prejudicial à R. em cousa alguma attenta a escritura de declaração, e quitação geral antecedente fol. 15. celebrada em 23. de Mayo de 1682. em que a R. com os bens que ahi lhe deu o dito Dezembargador seu marido se deu por paga e satisfeita, havendo-o por desobrigado de tudo, e seus herdeiros, e successores, approvando ja na mesma escritura, e consentindo na instituição que elle tinha feito de Cappella, cuja forma supposto se alterou depois pela outra escritura fol. 9. a tal alteração não se mostra que prejudicasse à R. em cousa alguma, e nestes termos não era preciso, que interviesse seu expresso consentimento da

Xxx

parte

parte do marido para o acto celebrado pela mulher, e consentimento da mulher para o contrato feito pelo marido, que aquelle como se dirige a suprir o defeito da pessoa, he necessario que intervenha no mesmo corpo do contrato, porèm o consentimento da mulher como se encaminha ao seu favor, basta que incontinenti, ao depois, ou antes do acto intervenha; e assim havendo precedido aquelle consentimento para instituiçãõ esse basta, estando ella inteirada do seu dote, como consta da mesma escritura, nem vem ja em consideraçãõ o seu prejuizo, para que fosse necessario o seu consentimento; além de que se mostra pelo testamento do dito Dezembargador fol. 25. instituilla herdeira em todos os moveis que havia no casal, que eraõ de muita consideraçãõ; como o depoem as testemunhas todas da inquiriçãõ dos AA. e que o dito Dezembargador era muito rico ja quando casou com a R. a qual supposto que trouxe muitos moveis, e varios bens para o casal, ficou com todos elles, e não mostra que o dito seu marido os vendesse, ou divertisse, e que a não compuzesse com os mais bens que lhe deixou, e deu assim na dita escritura, como no dito testamento, sem que obste dizer, que a tal escritura de quitaçãõ foy feita por medo, porque esse nem se prova, nem se presume attento ao que o dito Dezembargador tratava muito bem a R. sua mulher, e não institubio outro herdeiro se não a mesma R. e o mais foy disposiçãõ a favor de causa pia, nem he verosimel que morrendo o dito Dezembargador com testamento, e com tantos bens, deixasse ficar em seu vigor huma instituiçãõ, que não respeita mais que ao favor de sua

alma, e obras pias, se ella fosse menos ajustada à sua consciencia, principalmente sendo hum homem Letrado, e que na fôrma em que dispoz mostra que trasia diante dos olhos a salvaçãõ eterna, pais se lembrava tanto do fim de sua vida, e não querendo que por sua morte ficassem embaraços com que se implicasse a consciencia de seus successores, e se perturbasse o socego, e quietaçãõ que elle queria que ouvesse entre elles; e assim sendo a dita escritura de quitaçãõ geral pelas amplissimas palavras della de tudo o que à R. podia pertencer, bem se verifica, que nella se incluireão todos os bens dotaes, e communicados pelo matrimonio, e como finalmente se mostre que a R. sem embargo da dita quitaçãõ, e de estar paga de tudo o que lhe pertencia, se introduzio na posse de todos os bens pertencentes à dita Cappella, a condemno sômente a que os largue aos AA. com os frutos da occupaçãõ indevida até real entrega, e do mais que por parte dos AA. se articula pedindo a restituçãõ dos bens que levou de mais do seu dote em pena de não largar os vinculados na fôrma da dita escritura de quitaçãõ, como qualquer cousa, conforme a direito escuse da pena, e se não mostre que levasse bens além da importancia do seu dote, nem quaes, ou quantos esses sejaõ, nem se exprime no libello dos AA. a absolvo nesta parte, e pague a R. as custas dos autos, em que outrosim a condemno. Lisboa 12. de Março de 1691.

Manoel Alvares Pereyra.

Ab hac sententia fuit appellatum ad supplicationis Senatam, ubi fuit confirmata à Judicibus Costa. Basto Pereira. Mattos. & fundata fuit in deliberationibus sequentibus.

Non

- 1 Non dubitatur de matrimonio contracto extra conſuetudinem Regni, ut quilibet contrahentium ſeparato matrimonio abſque liberis exiret cum bonis ad caſale adductis, dimidio que acquiſitorum eo conſtante etiam titulo lucrativo, ad cuius probationem catalogus fieret per utrumque ſignatus, ut legitur a fol. 19.
- 2 Neque etiam de vinculo, ſeu Cappella à teſtatore inſtituta anno 1683 die 2. Februarij cum reſervatione nominandi adminiſtratore, quæ poſtea ratificata fuit anno 1688. in inſtrumento fol. 9. quo AA. adminiſtratores nominati inveniuntur, & ideo bona illius vendicare intendunt; Rea vero illos excludere prætextu nullitatis intervenientis in contractu inſtitutionis ex defectu conſenſus uxoris ipſius, ut per reconventionem ipſi tanquam hæredi iudicentur virtute teſtamenti fol. 23.
- 3 Fateor quod alienatio facta à marito ſine conſenſu uxoris rerum immobilium nullitate laborat, & ipſi reivendicatio competit ex ſatis nota *Ord. lib. 4. tit. 48.* ſi caſus contentions in illa comprehenderetur, non percipio, quo jure Rea tanquam hæres poſſit petere præ dicta bona,
- 4 & contra factum defuncti venire quo caſu limitatur diſpoſitio *Ord. d. tit. 48. argum. text. in L. cum vir. 42. ff. de uſu cap. Barbos. in L. 1. p. 5. n. 18. ff. ſolut. Mend. a Caſtr. 1. p. lib. 4. cap. 2. n. 6.* Inde ex eadem ratione, qua prædicta bona ſibi pertinere contendit ſe privat facultate opponendi prædictam nullitatem, neque hæres inſtitutus ex parte hæreditatis in tota cenſetur ex *L. 1. §. ſi ex fundo ff. de hæred. inſtitut.* niſi quando teſtator de cæteris bon. non diſpoſuit, data enim diſpoſitione ceſſat ratio decidendi pro parte inſtitutus; quæ facit hæredem inſtitutum in parte totam acquirere.
- Pars IV.

Maxime quia ſi conſenſus uxoris in inſtitutione contentions deſideraretur, quod non admitto ex eo, quia cum matrimonium juxta conſuetudinem celebraretur de propriis bonis ſine uxoris præjudicio diſpoſuit, quibus in terminis conſenſus uxoris non requiritur, ſicut non requiritur in nominatione emphyteuſis ad vitas ſi fiat cum reſervatione uſufructus in vita mariti nominantis limitat *Ord. lib. 4. tit. 97. §. ult.* quæ intelligitur prout ſupponit translato uſufructu *Pinhair. de emphyteuſ. 2. diſp. 6. ſect. 2. n. 24.* Adhuc inſtitutionem contentions fuſſe approbatam per uxorem inſtrumento fol. 15. puto; in illo nanque egerunt maritus & uxor declaratione facienda virtute contractus dotalis in catalogo per utrumque ſignato, & ſolutione ejus, quod ad caſale adduxit & cum bonis in prædicto inſtrumento mentionatis maritum ſucceſſoresque vinculi liberavit promittens, quia ſoluta erat non contravenire, neque litibus vinculi ſucceſſores vexare, & cum vinculum jam eſſet inſtitutum, quanvis poſtea ratificaretur illud approbavit, quod ſufficit etiam ſi in ipſo conſenſus non interveniret ex *Ord. d. lib. 4. tit. 48. §. 3. Gama dec. 300. n. 4.*

Post oppoſitam dictam nullitatem tanquam de illa non confidens Rea, ad aliud remedium confugit firmans læſam eſſe in quitatione d. fol. 15. negansque continere liberationem dotis & dimidij acquiſitorum, excedebant enim quantitatem 60U. aureorum, & iterum firmat, quitationem metu minarum à marito fuſſe extortam, ſed non conveniunt, quod quitatio non extendatur ad omnia pertinentia ratione contractus dotalis, ſed tantum bona ibi mentionata, & quod metus fuit cauſa illius,

illius cum ad bona mentionata nulla dubitatio opponi posset. Unde cum deficiat metus probatio, non enim invenio testes de illo deponentes, imo potius contrarium firman-tes tam ex inquisitione Actorum quam ipsius Reæ contra producen-tem; & habeamus instrumentum d. fol. 15. quo liberati sunt maritus, successoresque vinculi ab eo insti-tuti cum promissione amplius non exigendi, quam in dicto instrumen-to mentionatum; jam cernitur frus-tra confugere Ream ad hoc reme-dium ex defectu enim probationis illo juvari nequit juxta vulgaria.

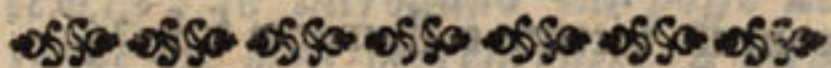
- 9 Aliud etiam læsionis probatum non habemus quia licet de cathalogo per utrumque signato non constet, ex ipso documento d. fol. 15. colligitur, quod Rea in bonis casalis amplius quam mentionatum non habebat, ex quo efficacior probatio resultat, illo enim interveniente sup-pletur defectus cathalogi, & læsio probari non potest, quin testes de-ponant de quantitate recepta per ma-ritum, *Argument. Ord. lib. 4. tit. 13. §. 1.* & quanvis ratione hæreditatis primi mariti Ream divitem suppo-nat, non inde sequitur, quod plu-ra bona ex casali detrahere debet, cum hæreditas onusta legatis esset, quæ soluit Rea, ut cernitur ex tes-tibus, in super probatur Ream alias donationes fuisse & magnas impen-sas in alendis filia, & genero con-sumpsisse, postquam ob debita re-galia bona illorum sequestrata fue-runt. Et sufficit quod Rea hæres in-veniatur instituta per maritum, ut se abstineret ab hac lite cui potius fo-vere generum puto. De reconven-tione Actorum, seu petitione recep-ti plus dote virtute documenti fol. 15. curandum non est, cum non probetur, sic placet judicatum lau-dare. Ulyssipone 27. Augusti 1691.
Costa.

Ex optimis juris prudentissimi do-mini antecedentis fundamentis, & quæ bonus Judex in sua sententia diliniavit illam libet confirmare. U-lyssipone 2. Januarij 691.

Basto Pereira.

Non alio tendit mens mea nisi in¹⁰ emissa placita à sapientissimis domi-nis, ea que amplector, maxime vi-so instrumento a fol. 15. per quod tam Reæ maritus, quam vinculi successores ab ipsa Rea liberatio-nem assequuti fuere, id circo actio-ne caret Rea, solutione enim ejus quod debetur, omnis obligatio tol-litur, sed cum primus dominus do-cto, ut solet, calamo apprime om-nia jam perpendit, nilque intactum reliquit, non est quo immoremur; confirmetur igitur disertis Judicis sen-tentia. Ulyssipone 4. Februarij 1692.

Mattos.



§. LXII.

Quomodo probetur bona esse de maioratu per renuntia-tionem Monialis, & an de-beant restitui bona post pro-fessionem, vel spectata mor-te naturali, & an fructus ce-di possunt in vita.

SUMMARIUM.

Omnia bona presumuntur libera, & non subjecta vinculo maiora-tus. n. 1. nisi scriptura maio-ratus ostendatur. n. 21.

Per transcursum decenii bona uti allodiabilia possessa talia præ-sumuntur n. 4.

Testes de auditu, cum agatur de antiquis ubi inquirunt publice sic

ſic audiſſe ab antiquioribus bene probant. n. 5.
 Teſtes de auditu, adminiculis corroboratæ concludentem faciunt probationem. n. 6.
 Singula quæ non profunt, multa collecta juvant. n. 7.
 Spatium quadraginta annorum ſufficit ad inducendum titulum, & bonam fidem. 8.
 Quadragenaria præſcriptio tolit omnem, & quamcunque actionem. n. 9.
 Si non conſtet de qualitate tituli, vel eſt invalidus prædicta præſcriptio quadragenaria ſufficit. n. 10.
 Actus binus ſufficit ad inducendam conſuetudinem. n. 12. & 13.
 Probatio per teſtes fieri poteſt, ex eo quia in maioratu ſcriptura pro forma non requiritur. n. 14.
 Hypotheſis in claris locum non habet. n. 15.
 Sententiam inter alios lata aliis non nocet. n. 16.
 Sed non procedit in ſucceſſore rei de qua cauſam habuit, ut illi etiam præjudicare poſſit. ibidem.
 Et in terminis maioratus nocet ſucceſſoribus licet his non auditis. n. 18.
 Confeſſio conſtanti tantum, & non alteri præjudicare poteſt. n. 19.
 In dubio pro maioratu facit quod ex vinculatione bonorum non mediocris utilitas cuilibet Pro-
 vintiaæ reſultat. n. 20.
 Bona a lodiallia præſumuntur dum legitimo inſtrumento non probatur vinculum. n. 22.
 Omnis interpretatio fit ut non dicantur vincolata. n. 23.
 Maioratus in ſe ſervitutem habet. n. 24.
 Una familia poteſt per tempus im-

memoriale introducere ut in aliquibus bonis ſuccedatur jure primogenitura. n. 25.
 Bona ſi poſſideantur ut maioratus per ſpatium 40. annorum, & ſine diſiſione tranſeant per duos adminiſtratores ſufficit ut deinceps poſſideantur & præſumantur ut talia & aſſumant illam qualitatem. n. 26.
 Bona Cappellæ, ſeu maioratus, ad unum tantum, & indiviſa pertinent. n. 27.
 Res perpetuo onere miſſarum gravata poteſt dici non vincolata. n. 28.
 Quavis impoſitio oneris inducatione inducit. n. 29.
 Semper eſt facienda interpretatio ut res ſit minori onere gravata. n. 30.
 Per partitiones, dominium transfer-
 tur. n. 32.
 In teſtamenti nihil aliud eſt ſpectandum, quam teſtantis voluntas. n. 35.
 Ceſſio maioratus in extraneum fieri valet, quod commoditates in vita cedentis percipiendas ſine ſucceſſoris præjudicio. n. 37.
 Subſtitutus eſt admittendus, quando inſtitutus eſt incapax. n. 38.
 Si excuſſo herede defuncti bona ad maioratus implementum non exiſtant, tunc reſgreſſus datur contra legatarium impeditum. n. 40.
 Poſſeſſio acquiſita, & continuata, præſumitur ex cauſa immediata. n. 42.
 Voluntas diſponentis regina eſt diſpoſitionis quæ ſemper venit obſervanda, & inſpicienda. n. 43.
 Non datur diverſa ratio ex identitate rationis formalitas, ut ordo, conditio, & clauſula cenſeatur repetita. n. 44.

NO Feito de auto de hũa petição, e notificação de Miguel de Quadros com D. Maria de Menezes, e por ella falecer se habilitou na causa D. Pedro de Almeida seu genro, Escrivão Antonio Ribeiro, no Juizo do Civel da Cidade, se deu a sentença seguinte.

Vistos estes autos, embargos com que veyo a embargante Dona Maria de Menezes, como tutora do menor Ambrozio Pereira de Berredo seu filho a fim de que não procedesse a notificação feita na mesma embargante a requerimento dos AA. originarios Miguel de Quadros de Tavora, e seu filho Antonio de Quadros, e Dona Joana de Menezes, e Dona Sezilia de Portugal pelo deduzido em sua petição, contrariedade dos mesmos AA. mais artigos recebidos da replicca, e treplica, provas de testemunhas, documentos, e allegações de direito. Mostra se deduzirem os AA. em a dita petição, que a embargante como tutora do dito menor seu filho pertendia tomar posse dos doze moyos de trigo de renda sitos na Ilha terceira na Villa da Praya, e vender as novidades delles com fundamento, de que os ditos moyos de renda eraõ bens vinculados, e de morgado, sendo porẽm bens livres, e partiveis, dizendo em conclusão fosse notificada q̃ não tomasse delles posse; antes mostrasse em juizo o titulo por onde constava serem de morgado, e com effeito se fez em virtude do despacho aberta a notificação contra a qual se oppoem a embargante, articulando em os ditos seus embargos ser tanto verdade, serem os ditos moyos da contenda, de morgado, e pertencerem como taes ao menor seu filho, que assim fora julgado por sentença que se dá a favor de Ambrozio Pereira de Berredo avô do menor embargante que passara em cousa julgada. Allega mais a embargante que dando o libello como tutora do di-

to menor seu filho contra Bernardo Pereira seu tio para lhe haver de largar os morgados que pertencião ao pay do menor filho primogenito, e entre elles estes doze moyos da contenda, não quiz o dito tio do menor embargante seguir a demanda, e lhos largou por conserto, e transação confirmado por sentença. Corrobora mais a embargante sua justiça com a sentença confirmada em Relação, em que se detreminará serem os ditos moyos de morgado, e se julgará por este fundamento por nullo; e que não podia subsistir hum embargo que nelles fora feito a requerimento de huma Isabel Mendes de Tovar em razão de certas dividas, que com ella havia contrahido o pay do menor embargante, e que finalmente se prova-va pelas testemunhas da inquirição da embargante serem os ditos moyos de morgado, e que por taes foraõ sempre possuidos, e andaraõ em huma só pessoa, o que não fora se fossem livres; e sem vinculo de fideicomisso, concluindo com estes fundamentos não haver de proceder a notificação embargada. Mostra-se por parte dos AA. habilitados neste processo, por virem a falecer os AA. originarios, que se convencem notoriamente os fundamentos allegados por parte da embargante, e que a favor dos AA. assiste melhor direito para se prevenirem, e reputarem por livres os ditos moyos da contenda, assim porque a embargante não exhibio nestes autos o titulo da chamada instituição, porque constasse serem os ditos moyos de morgado (que de direito he o fundamento, e base principal, porque se julgaõ, determinaõ, e conbecem os bens vinculados, e sujeitos á restituição) como tambem porque por esse defeito lhe foraõ riscados a embargante seus artigos que falavaõ na instituição. Quanto mais que se mostra serem os ditos

ditos moyos da contenda livres, em tanto que fazendo se partilha dos bens que ficaraõ por falecimento do General Antonio Pereira de Berredo com sua mulher Dona Marianna de Portugal, a ella lhe foraõ adjudicados na dita partilha em seu quinhão, os ditos moyos, e por bens livres foraõ lançados em inventario, como tudo consta da certidão, com que concorda a prova de testemunhas dos AA. e que em virtude do dito titulo de adjudicação pela qual de direito se transfere dominio à dita D. Marianna de Portugal tomou posse dos ditos moyos por seu procurador, e depois vindo a falecer a dita Dona Marianna, fazendo se partilha por sua morte se adjudicaraõ por livres, e partiveis estes mesmos moyos em sua legitima a Dom Elizeu de Castro em a valiação de hum conto, e setenta e dous mil reis, o que foy no anno de 1625. o qual Dom Elizeu os possuio até o tempo de seu falecimento. Nem podem obstar as sentenças que a embargante allega em seu favor, com que pretende persuadir estarem julgados por de morgado os moyos de que se trata: Porque a sentença do chamado concerto que se acusa, não pode de direito prejudicar aos AA. que nella nem na dita escriptura faraõ partes, nem herdeiros dos contrabentes nella, e foy dada em o anno de 1649. havendo muitos annos que estavaõ julgados por livres, e por bens partiveis no Juizo das partilhas na que se fez por morte do dito Antonio Pereira de Berredo no anno de 614. e na segunda partilha por morte de D. Marianna de Portugal no anno de 625. sendo em huma e outra partes coherdeiros, a que podia prejudicar esta questão, e ainda o mesmo pay do menor embargante como se mostra pela certidão, nos quaes termos sendo o menor embargante seu herdeiro,

lhe ficou de direito prejudicando, e da mesma qualidade são as outras chamadas sentenças, que se allegaõ, que sendo dadas entre outras partes que não foraõ possuidores destes bens, e que nelles não tinhaõ direito, não podem parar prejuizo aos AA. O que tudo visto, e o mais q̄ dos autos consta, e ser mais concludente a prova dos AA. que mostra serem os moyos da contenda livres do vinculo de morgado que se allega, e a esta lhe assistir a presumpção de direito, segundo ao qual os bens se presumem livres, nẽm a embargante mostrar instituição porque se verificasse o contrario, e provarse que os AA. habilitados são herdeiros do dito Dom Elizeu de Castro ultimo possuidor dos ditos moyos da contenda, por falecer ab intestado, como juraõ as testemunhas, os julgo por livres, e bens partiveis, e que como taes lhes pertencem; e os embargos da embargante por não provados, e a notificação embargada por boa, e que a embargante pague, e restitua os frutos que constar ter levado indebitamente do tempo da lide contestada em diante, em que a condemno, e nas custas dos autos. Lisboa 30. de Dezembro de 1658.

Manoel de Lemos.

Ab hac sententia appellatum fuit ad supplicationis fenatum ubi confirmata fuit in deliberationibus sequentibus.

Vulgo per manus traditum est, dicenti aliquas res, seu bona esse maioratus juris communis præsumptionem resistere, quo attento semper libera, non autem vinculo illius subiecta debent censerì, ex vulgata regula *L. Altius ubi per scribentes Cod. de servitutibus cap. 1. §. Inter filiam versic.* defuncto, si de feudo fuerit controversia inter dominum, & agnatos in usibus feudorum *Surd. cons. 130. n. 24. Peregrin. de fides.*

*fidei commiſſ. articul. 1. n. 26. expreſſe Molin. de primog. lib. 2. cap. 6. n. 8. & prædixerat. lib. 1. cap. 11. n. quoque 11. ibi: (niſi ſcriptura maioratus oſtendatur) alibique, & cum ſit durum contra ſtimulum calcitrare, fruſtra impeditrix Dona Maria nomine filij minoris Ambroſij videns ſe deſſeciſſe in ſalutari non moſtrata ſcriptura circa vinculum duodecim modiorum tritici de quibus controvertitur, confugit ad teſtium probationem (ſiquidem articuli dictam ſcripturam memorantes proponuntur expuncti) :
 2 quæ tamen probatio, & ſi parem vim in præſenti, atque inſtrumentorum obtentura foret, pleniori probatione facta per Autores legitimatos, vincitur ex documento, prout regulare eſt in concuſſu probationum contrariarum, ad ea quæ ultra jura in *L. ob carmen §. ultim. ff. de teſtibus cap. in noſtra eodem tit.* acuera é notavit non pænitendus Senator noſter *Dominicus Homem de Almeyda* (quem honoris cauſa nomino) *allegatione 5. n. 27. cum ſequentib.* Quod ſi in propoſito ſententiæ agendum eſt, non deſſicitur etiam ex parte Actorum, & illa aſſertæ tranſactionis, qua Rea innititur, præterquam ne queat dicti Actoribus præjudicium generare, ut pote inter alios habita,
 3 ſuccedente pro trita traditione *text. in cap. penult. de ſententiâ,* & re judicata cum ſimilibus, lata reperitur multo poſtquam ſupradicti duodecim modij diſiſionis jure adjudicati extrabant & bona per tranſcurſum decenij uti allodialia poſſeſſa, talia præſumuntur, & multo magis ſi per longius tempus, prout in præſenti contigit, docente Accurtio verbo ſi maior in *L. ſi maior Cod. communi dividundo,* crebro ſcribentium ſuffragio recepto, & approbato apud *Valaſc. qui alios com-**

patientes refert de partitionib. cap. 38. n. 6. Cateris autem fundamentis in favorem impeditricis per eruditum ejusdem patronum expenſis in perorationibus utriuſque inſtantiæ, completè ſatiſfactum debet cenſeri in pronunciato optimi Judicis, qui niſi hac in re intactum videtur reliquiſſe, eum igitur laudare conſilium providentiæ eſt, ad vitandum vitium tranſcribendi. *Ulyſſipone Aprilis 28. 1659.*

Leyte.

Non facilis expeditionis præſentis jurgij deſeſionem reputandam cenſeo, & prima facie doctiſſima ſupra proxima deliberatio non diſplicebat, poſtea vero ſæpius cogitanti perluftratis, ſimulque iterum actis; contraria magis placuit ſententia ex eo quia primò aperte probatur per teſtes antiquos omni exceptione maiores, & inſulanos ubi bona, quibus deagitur, ſita recententur, & maioratus ſemper reputari, ac ejus vinculo ſubjecta eſſe utique talia ab antecelſoribus Rea per quam plurimos annos poſſeſſa, ut ex dictis eorum latius demonſtratur, & per teſtes in hac inclita urbe productos, & licet eorum aliqui de auditu tantum ſint, cum agatur de antiquis, ubi inquirunt publicè ſic audiviſſe
 5 ab antiquioribus, & maioribus ſuis, & nunquam contrarium bene probant extraditis per *Gabr. tit. de teſtibus conclus. 3. à n. 1. Menoch. de arbitr. caſ. 475. n. 10. cum ſequentib. & conf. 241. n. 23. Maſcard. de probationib. conclus. 104. n. 1. & 2. & conclus. 395. n. 5. Surd. conf. 410. n. 73. Farinac. q. 69. n. 125. cum ſequentib. & 141.* quo loci non eſt dubium concludentem facere probationem tunc maximè quando ſic teſtes de auditu adminiculis corroborantur, ut per *Menoch. ſupra proxime n. 9. Hector Emil tract. de teſtib.*

testib. n. 10. Filiucius prax. tract. eodem. lib. 1. cap. 9.

Plane constat de ad miniculis, & melius ex certificatione ex actu que possessioni, ac etiam ex sententis per Senatum eo cum fundamento quod huiusmodi bona maioratus sint, in quibus arrestum minus fieri poterat, & extranfectione, & ubi hæc omnia in favorem maioratus proponuntur, & constant; Nam singula quæ non profunt, multa collecta juvant. *L. Spadonem §. quo jura ff. excusation. tut. glos. verbo legitimis in L. 2. ff. eod. recepta communior ex in finitis per Gabr. tom. 3. commun. de probat. conclus. 1. n. 1.* hoc præcipuè quando ad proficiendum unum totum plura tendant *L. unic. Cod. ex non tutel.*

8 Deinde quia huiusmodi bona maioratus per Ream possessa, & ejus antecessores per spatium quadraginta annorum, & plurium, licet vitium aliquod paterentur seu aliquam juris prohibitionem, de quibus haud constat, adhuc in his terminis sufficit dictum temporis spatium ad inducendum titulum, & bonam fidem, ut ultra prædictos resoluit *Pirrhus Maur. cap. 32. de solut. & obligat. n. 6. Alex. cons. 136. n. 18. & 19. col.*

9 2. & tam de Jure Civili, quam Canonico quadragenaria præscriptio tollit omnem, & quamcumque actionem *L. 1. L. omnes Cod. præscription. triginta, vel quadraginta* ubi plene *Barbos. cap. illud. ubi Doctores de præscription. cap. ultim. cum gloss. ibi de consuetudin. Cardin. Mantio. decis. 51. n. 3. & decis. 56. n. 9.*

10 & decis. 284. n. 9. Addeo quod si non constet de qualitate tituli, vel esset invalidus prædicta præscriptio quadragenaria sufficit ut est decisio *Rotæ Farinac. decis. 255. n. 2. tom. 1. & decis. 524. n. 3. & decis. 497. n. 5. in recentior. & hoc juncta*

11 patientia, & tollerantia sustineri omni Pras IV.

nino debet, & facit jus in oppositum *L. Barbarius Felipp. ff. offic. prætor. ut securitatem probet, ut per Salicet. in L. nullus Cod. judic. & facit licitum, quod aliter non est Alexand. cons. 1. col. fin. p. 2. Ozasus decis. Pedamontan. 62. n. 39. & 40.* Et ultra prædicta probatur etiam per binos actus sic possidisse Ambrosium Pereira á Berredo, & per ejus mortem ipsius filium Antonium Pereira á Berredo in hoc maioratu successores, ut inquirunt testes, qui actus binus sufficit ad inducendam consuetudinem ex longo tantum tempore per Doctores in *L. de quibus ubi plene Bartol. constanter Molin. lib. 2. cap. 6. n. 24. Menoch. de arbitr. cas. 81. & cons. 646. num 9.* Curia in ritibus magnæ Curie *Ceciliae in præm. num. 48.* ubi post multos inquit sufficere duos actus per tempus decenij ad consuetudinem inducendam, quæ longi temporis consuetudo tantum vim habet quod etiam contra jus Canonicum, et leges Imperiales observari solet *juxta Regiam Sanctionem lib. 3. tit. 64. ubi Barbos. n. 11. in princip. quod fortius urget in longissimo tempore quadraginta annorum ut supra satis probatum extat, in quo nulli dubium est.*

Quod autem in præsentiarum probatio per testes fieri possit, ex eo quia in maioratu scriptura pro forma non requiratur, sed de eo fieri solere scripturam ad memoriam conservandam, et faciliorem probationem resolvunt *Molin. de primogen. lib. 2. n. 1.* ubi jura, et Doctores, expendit ad id et *Gom. L. 41. Tauri per tot.* qui sentiunt nulla interveniente scriptura, nec ejus probatione, maioratum per testes probari posse quam etiam in dicta *L. Tauri declarat idem Molin. supra dicto n. 1. & 2.*

- Nec sufficit illa generalis præsumptio, quod omnia bona libera præsumuntur, ut optime, et elegantissimi calamo doctissimus dominus in dicta deliberatione expendit, quia specialis præsumptio in hac hypothesisi generalem fuere videtur cessare, ac dictis probationibus cedere, cum in claris locum non habeat; immo quando datur specialis prævalet generali, et hanc tollit *Surd. conf. 112. n. 73. & conf. 429 n. 28.* cum mille aliis, quos scies causa brevitatis ommitto tamquam vulgaria.
- 15
- 16 Nec similiter obijci potest sententiam inter alios latam aliis non nocere ex *L. sepè ff. re judicat.* quia licet non procedit in successore rei de qua causam habuit, ut illi etiam præjudicare possit *L. in contraditu ff. re judicat. cap. super ex eod. late per multos tradit Pinel. in L. 1. p. 3. n. 48. & 50. Cod. bon. matern. Padilh. in L. eam quam n. 120. Cod. fidei commiss. Menoch. & alij ut per Molin. supra lib. 4. dicto cap. 8. n. 3. & 5. Mascard. de probationib. conclus. 33. n. 38.* et ex eo quia censetur una, et eadem persona lata non sententia contra illum, qui causam defendebat, non nomine proprio, sed administratorio, veluti dignitatis præjudicat, et habet paratam executionem contra successorem in eadem dignitate, *cap. eum inter, cap. olim. de re judicat. Suar. allegat. 27.*
- 17
- 18 in princip. et in terminis maioratus quod noceat successoribus licet his non auditis testatur *Menoch. conf. 501. Fusar. de substitution. q. 622. á n. 5. pluribus relatis tenet. Molin. ubi supra dict. n. 3. Giurb. decis. 1. n. 5. cum sequentib. Pereira de Castr. decis. 26. n. 1. & decis. 122. n. 3. & 8. Senator Homem allegat. 7. n. 3.*

Nec me latet aliud oppositum ex declaratione errore facta per Domi-

nam Mariannam in inventario, & postea repetita, qualitates bonorum ignaram quia dicitur quod dicta declaratio seu confessio confitenti tantum, et non alteri præjudicare potest ut ex notatis cum multis per *Molin. supra dicto cap. 8. n. 7. lib. 4. & est text. in L. fin. §. fin autem Cod. caduc. tollend. juncta lege rationes Cod. edendo.*

Et in dubio pro maioratu facit etiã quod ex vinculatione bonorum non mediocris utilitas cuilibet *Provincia resultat L. 1. §. quamvis versic. publice ff. inspic. vintu, junctis iis que post Simanch. Padilh. & alios satis pulchre tradit Gutierr. canonicar. question. cap. 14. n. 2. & 3. cum sequentib. et noviter decisio Aragon. 17. per tot. ac ita pro maioratus vinculo judicandum ex sententia Anchar. conf. 27. col. 3. Versic. licet autem Curt. Jun. conf. 3. n. 11. & conf. 131. n. 3. Paris. conf. 63. n. 27. & conf. 21. n. 38. lib. 2.* Et quamvis eruditi patroni inter se disceptantes multa cumulent ab utraque parte, magis placent perarata fol. 298. et fol. 315. cum sequentib. in Reæ favorem adducta, cum potius consulendum esse existimarem, sic revocato Judice Ulyssipone 8. Maij 1659.

Zuzarte.

Sententiam Judicis cum primo domino doctissimo potius confirmatione dignam judico, namquæ invenimus bona de quibus agimus in una et altera partitione tanquam alodialia inter hæredes divisa; & his divisionibus per sententiam confirmatis assistit juris præsumptio, secundum quod semper libera præsumuntur bona ut non maioratus subjecta, nisi scriptura maioratus ostendatur, multos refert *Molin. de primog. lib. 1. cap. 11. n. 11. alter Molin. de justit. tom. 3. tract. 2. disput. 596. Velasc. conf. 82. n. 6. Valensuel. conf.*

cons. 35. n. 46. cum igitur ad probationem vinculi, & ad libertatem bonorum, ex testibus, & documentis, hinc, & inde productis præsens iurium reddatur dubium, magis conionat juris præsumptioni arbitrium adaptare; ex quibus, & acuratè solita eruditione notatis á primo domino doctissimo, ejus placito accedo Ulyssipone 26 Maij 1659.

Pinheiro.

Cum primo, & tertio domino in confirmationem sententiæ convenio Ulyssipone 28. Maij 1659.

Brito.

No Feito de appellação civil de Soror Catherina dos Anjos com Manoel Alvares Franco, Escrivão Jorge Barreiros, se deu a sentença seguinte.

Acordaõ os do Dezembargo &c. Não he bem julgado pelo Juiz, e Ouvidor em condemnar ao R. largue, e restitua a A. a marinha da contenda com os rendimentos da lide contestada em diante, revogando suas sentenças vistos os autos, e como por elles se não mostra ser a dita marinha de capella, que o fundamento da acção da A. com que a pertendia reivindicar, e ainda que se mostrara ser de capella se acha deixada pela A. a Anna Garra sua mãy no testamento que fez antes de entrar no mosteiro a ser Freira, e por morte da dita sua mãy a sua irmã Maria Garra mulher do R. e ficar o dito testamento tendo effeito pela profissão da A. para que a dita herdeira sua mãy nomeada no dito testamento pudesse logo pela dita profissão haver os bens da dita herança sem se esperar a morte natural da A. ainda que o seu mosteiro seja capaz de possuir bens por se entender ser assim a vontade da A. por cuidar da sua entrada na Religião a ser Freira, quando fez o dito testamento, maiormente havendo a dita

Pars IV.

sua mãy de fazer com ella grandes gastos para o effeito de ser Freira, para o que sua legitima era muito limitada, e querer a A. logo pela profissão que a dita sua mãy em recompensação do muito que com ella gastava adquirisse a sua herança, e fazer a dita sua herdeira a sua mãy do dote da dita marinha a dita sua filha Maria Garra quando cazou com o R. e assim pertencerlhe, e não a A. sem que se possa dizer que por ser de capella não podia ser nomeada na dita marinha a dita sua mãy por ser pessoa estranha, porque ainda que se mostrara ser de vinculo, podia a A. em sua vida cederlhe todos os usos fructos, e commodidades, sem prejuizo do successor, como tambem a dita sua mãy da mesma maneira no R. por tanto o absolvem do pedido pela A. á qual condemnaõ nas custas dos autos. Lisboa 19. de Dezembro de 1677.

Luifel. D. Freire.

Hæc sententia fundata fuit in de liberationibus sequentibus.

Regulariter bona aludiabilia 22 præsumuntur, dum legitimo instrumento non probatur vinculum cum multis Pelæes de maiorat. 4. p. q. 20. à n. 24. usque ad 32. in nova edictione Gutier. pract. lib. 3. q. 62. n. 30. Molin. de primog. lib. 1. cap. 11. n. 11. Val. cons. 82. n. 6. cum multis Castilh. controv. lib. 4. cap. 9. à n. 1. & tom. 5. cap. 93. §. 10. num. fin. & 23 omnis interpretatio fit, ut non dicantur vinculata text. in cap. 1. §. sed si inter, & ibi Bald. num. 1. & 2. de controv. inter mascul. & fœmin. Gratian. forens. 736. n. 59. & 67. Burg. de Pax Senior cons. 34. n. 19. & alter Pax junior civil. q. 2. n. 34. Surd. decis. 238. n. 2. & cons. 96. num. 2. Mier. de maior. p. 3. q. 5. n. 20. quia 24 maioratus in se servitutem habet Peregrin. 2. tom. cons. 102. n. 7. Cancer. 1. variar. cap. 11. n. 31. Larr.

Yyy ij

fiscal.

- 25 *ficat* 1. p. alleg. 46. n. 18. & licet verum sit quod una familia possit per tempus immemorabile introducere, ut in aliquibus bonis succedatur jure primogenituræ *Bartol. in L. 2. Cod. quæsit long. consuet. Tiraquel. de primog. q. 16. n. 7. Gom. L. 41. Taur. Molin. de primog. lib. 2. cap. 6. n. 6.* & bona si possideantur ut maioratus per spatium quadraginta annorum, & sine divisione transeant per duos administratores, sufficiat ut deinceps possideantur, & præsumantur ut talia, & assumant illam qualitatem juxta regulam *text. in cap. cum de beneficiis de præbendis lib. Val. cons. 111. n. 8. & cons. 132. n. 17. & 18. Palav. in cap. per vestras §. 18. col. pen. n. 36. Soares in L. quoniam ampliatio. 10. ex n. 10. Cod. in officios. testament. Molin. de primog. lib. 2. cap. 6. n. 51. & 52. Tiraquel. de primog. q. 30. n. 8. Peregrin. de fideicom. articul. 51. n. 36. alter Molin. de justit. tract. 2. disput. 75. vers. quod ad jus civile Reinos. observ. 22. n. 20. & 21. Gam. decis. 215. n. 1. præstat ration. Vela differt. 46. n. 4.*
- 26 Requiritur tamen quod testes de isto tempore, spatio, indivisione, & de opinione constanti deponant, ut est de mente Doctorum, & in hoc non solum deficiunt Actricis testes, sed ex his actis demonstratur per certitudinem ab ipsa Actrice præsentatam fol. 12. vers. salinam, quam dicit vinculatam, antiquitus fuisse jam divisam quod impugnat supradicta resolutio, & repugnat naturæ rei vinculatæ, quia bona capellæ, seu maioratus ad unum tantum, & indivisa pertinent, *Covar. variar. resolution. lib. 3. cap. 5. n. 3. Val. cons. 82. n. 10. Molin. de primog. lib. 1. cap. 1. n. 7. Surd. cons. 362. n. 4.*
- 28 Nec ex eo quod constet salinam

esse perpetuo missarum onere gravatam, potest dici vinculata, (ut communiter vulgus imperitus reputat) ex *text. in L. nihil proponis ibi salva causa legati ff. legat. 1. Cald. forens. 1. cap. 23. n. 96. Reinos. observation. 68. Pereir. decis. 53. Menoch. lib. 4. præsumpt. 76. num. 71. Gam. decis. 30. decis. 48. 228. 348. à n. 10. quid quid antiqui Patres varie de hac re judicassent moti ex eo quod impositio oneris individuitatem induceret argument. *text. in L. cui fundus ff. cond. & demonstr. contrarium non obtinuit per text. in L. fundi Trebatian ff. de usufruct. legat. Val. cons. 82. n. 8. Flores ad Gam. d. decis. 30. & decis. 287. & quia semper facienda est interpretatio, ut res sit minori onere gravata ut probat *text. in L. per filium §. fundum ff. legat. 3.***

Sed secundum libellum Actricem videtur reivindicare salinam tanquam vinculatam à patre in testamento, ibi demonstratur præter onus missarum conjectura ad inducendam capellam, quia vocatur ad successionem in perpetuum familiæ primogenitus, & potiori jure utebatur, si ab ipsa probaretur salinam vinculatam, & vendicatam fuisse in bonis parentis institutoris, ut requiritur ad hoc, ut institutio valeat *Decian. cons. 76. n. 1. lib. 3. Peregrin. de fideicom. art. 35. n. 24. & art. 44. à n. 1. Fontanel. de pact. nuptial. clausul. 4. glos. 9. p. 5. n. 137. Fusar. de substitution. q. 618. à n. 1. Mantic. de conjectur. ultim. volunt. lib. 7. tit. 6. n. 5. & 6. Romon. cons. 46. n. 26. & cons. 47. n. 2. Mascard. conclusion. 777. & 778. Marecot. lib. 1. variar. cap. 12. n. 13. & seqq. ubi plene Mier. de maiorat. 4. p. q. 20. n. 2. Sed non probatur, nec demonstratur eam evenire in tertiam defuncti, de qua tantum,*

tum, cum filios haberet, libere diſponere valebat: potius tanquam rem vinculatam ſeparatam fuiſſe à bonis caſalis oſtenditur, & quia ſic, neutromodo ſalina dici poteſt viculata, videtur Actricem fundamentum principale ſuæ actionis non probare; & iudicatum reformandum eſſe, quin ad validitatem deſiſtentiae poſſeſſionis Cappellæ non extendamus. Ulyſipone 24. Auguſti 1677.

Sylva, e Souſa.

32 Nescio cur potius Actrices nitan-
tur in vinculo ſalinæ, cum & ſi deficeret, etiam poſſet dubitari, an ad eas, tanquam allodialis pertineret, eo quod Actrici Catherinæ ad iudicata eſt in partitionibus, per quas dominium transfertur §. *ſin. inſtit. de iud.* ſed certe ratio fundamenti eſſe valebit, quia ſi Actrices allodiam ſalinam fateantur, poterit Reus conqueri de exceſſu dotis Catherinæ ſupra ejus legitimam, cujus quantitas parva eſt, & dotis magna.

Sed adhuc teneo quod proceſſus dubitatio non in vinculo ſolo jacet, ſed potius in Actricis teſtamento ante ingreſſum factò, in quo Actrix ſalinam matri relinquit, & poſt ejus mortem ſorori cujus reſpectu Reus poſſeſſor eſt in forma contrarietatis.

33 Et ſuppoſita teſtamenti validitate non obſtante diſpoſitione *Concilij Tridentini ſeſſion. 25. cap. 16.* juxta ea quæ *Cevalb. tom. 1. q. 63. n. 7. Caſtilb. lib. 1. cap. 65. n. 7. Phæb. deciſ. 137. n. 6.* quod neque per profeſſionem fuit revocatum juxta veriore ſententiam: præcipue quia Actrix quando teſtata jam de ingreſſu cogitabat ex *Phæb. ſupra n. 33. cum ſequentib.* & alij plures.

Duplex oritur in præſenti dubitatio, prima, an tale teſtamentum ſuum habuit effectum per profeſſio-

nem Actricis, an ſit expectanda illius mors naturalis? Secunda, an ſalina rite nominata in matre, ceſſaque fuit.

34 Quo ad primam vaſta eſt materia cum Doctores in varias abiere ſententias, ſed omiſſis omnibus cum tempus difficiat, reſolutio quod quando teſtans cogitavit de religionis ingreſſu, ut in præſenti conſiderato tempore inter teſtamentum, & contractum dotalem ipſamet, & diſpoſitione, in qua teſtatrix neque de ſepultura, neque de funeralibus cogitavit; tunc ſive monaſterium ſit capax bonorum, ſive non, ſtatim per profeſſionem teſtamentum incipit ſuum effectum habere, & hæredi, legatariis locus ſit, expulſo monaſterio, & ratio eſt, quia teſtatrix ex eo quod cogitans de ingreſſu, aliud non expreſſit, credendum eſt, quod voluit, ut per profeſſionem, & civilem mortem locus fieret hæredi, & in teſtamento nihil aliud magis eſt ſpectandum, quam teſtantis voluntas, & ita tenet *Cevalb. ſupra d. tom. 1. q. 63. Gutier. Canonicoꝝ. lib. 2. cap. 1. à n. 48.* cum pluribus aliis, & licet *Bartol. in Authent. ſiqua mulier n. 10.* in 35
36 profiſtenti in religione bonorum capaci teneat quod mors naturalis eſt expectanda tamen intelligendus eſt *Pereir deciſ. 316. n. 6.* quando teſtamentum ante profeſſionem factum eſt ſine religionis cogitatione, aliter eſſet hæc *Bartol.* diſpoſitio contra teſtantis mentem, quod *Bartol.* minime valet, et ſane non alia fuit Actricis mens in teſtamento quam ut per profeſſionem mater ad hæreditatem admitteretur ut defacto accidit, præcipue cum Actrix dotem magnam à matre accipiebat, & in recompensatione ſtatim à profeſſione velle hæreditatem dare credendum eſt, quare monaſterio jus agendi

di non esse existimo, & hanc sequor opinionem, quia magis conformis testantis voluntati apparet.

Secunda dubitatio jam insurgit, & sane ex illa valent Aëtrici argumentari, ut ad salinam jus habeant; ex eo quod hæres mater nominari ad salinam non valebat quia vinculum in extraneum cedi nequit, sed contrarium est verius quia illa cessio in extraneum fieri valit, quoad commoditates in vita cedentis percipiendas sine successoris prejuditio, ut late per *Castilb. lib. 3. cap. 12. n. 109.* & quando aliqua posset considerari nullitas, quæ non fuit semper Reixor tanquam proximior, & substituta admitenda erat, cum casus mortis martis comprehendat impotentia casum, & substitutus admitendus quando institutus est in capax *L. 2. Cod. de hæredit instit.* unde monasterio nullum jus ad est post professionem facto testamento, & ab eo tempore juris accipiente, sic que Reum absolverem Ulyssipone 14. Decembris 1677.

Doutor Freire

Dictis à seccundo domino libenter ad hæreo Ulyssipone 19. Decembris 677.

Quifel.

No Feito de Antonio Bautista da Sylva, e seus irmãos com Manoel de Abreu de Siqueira, e sua mulher Dona Maria de Abreu, e Vasconcelos, Escrivão Jorge Barreiros de Aguiar, se deu a sentença seguinte.

Hey por razoes à cota proxima do R. visto como tendo seu advogado o feito dezoito dias em seu poder não satisfez com ellas, e deferindo a final na fórmula da Ley, vistos estes autos &c. Mostrase por partê do A. em seu nome, e como procurador de suas irmãs em virtude da procuração que Gaspar de Abreu escrivão que foy da fazenda de Sua Alteza, deixou em

seu testamento hum legado de humas casas sitas na Lordoaria velha de que era senhor, e possuidor para o casamento de huma das irmãs do A. e falecendo o dito testador com a dita disposição, e testamento, em que institubio por sua herdeira a sua irmã Dona Helena de Vasconcellos, não duvidou esta de satisfazer ao A. o dito legado, e logo cede da posse das ditas casas para que se desse aos AA. como consta da certidão, e tendo com effeito o A. tomado posse das ditas casas, achou que o R. a tomara também, e se introduzira na dita posse sem titulo algum, pelo que deve ser condemnado, e sua mulher, a que larguem as ditas casas aos AA. com os rendimentos da indevida occupação até real entrega. Por parte dos RR. se mostra que Sebastião de Abreu, e sua mulher Dona Antonia de Vasconcellos instituirão hum morgado de seus bens, nomeando por administrador delle a seu filho Gaspar de Abreu, que também se obrigou a annexar ao dito morgado as legitimas que houvesse de herdar dos ditos seus pays, e nessa fórmula ficou o dito Gaspar de Abreu possuindo todos os ditos bens até a hora de sua morte, como que todos os que ficaraõ são de morgado, e pertencem à mulher do Reo por ser filha natural do dito Gaspar de Abreu, que senão exclue, antes he chamada na instituição, e por assim ser está de posse das ditas casas que são de morgado, e dellas senão podia fazer legado aos AA. pelo que devem os RR. ser absolutos. O que tudo visto com o mais dos autos, e como pelas testemunhas dos AA. se prove tudo o articulado no libello, e pela certidão da verba do testamento do dito Gaspar de Abreu se prove deixar as ditas casas para o casamento de huma das irmãs do A. o qual legado não por duvida a satisfazer a herdeira

deira do dito testador, como se vê, e se não prove por parte dos RR. a instituição do morgado a que dizem pertencer as ditas casas, nem que estas tenham vinculo algum, e como esta tal materia seja das em que se requer prova de documentos, e escrituras, pela Ley, não parecendo estes, senão deve fazer caso do que dizem as testemunhas dos RR. sobre o vinculo do dito morgado, mayormente referindo se à instituição d'elle, que senão apresentou pelos AA. fazendo della menção em sua contrariedade, pelo que, e como conforme a direito se presumaõ todas as cousas livres, e os RR. não mostrem o vinculo das ditas casas, nem (ainda que o houvesse por onde lhe pertença a successão do dito morgado. Condemno aos RR. abraõ mão da posse das ditas casas, e as restituão aos AA. com os rendimentos da indevida occupação até real entrega, e nas custas dos autos. Lisboa 21. de Junho de 1676.

Antonio Baracho Leal.
Hæc sententia impedita fuit cum exceptionibus super quibus lata fuit sententia sequens.

Sem embargo dos embargos recebidos, que julgo por não provados, vistos os autos e como por parte dos embargantes senão prova que as casas da contenda estão vinculadas ao morgado de que são successores, antes fazendo-se annexação das fazendas para elle no juizo dos Residuos, que consta da certidão, não entraraõ as ditas casas nella, nem foraõ vinculadas pelos instituidores particularmente, como foraõ outras propriedades, que consta da escritura, e nestes termos ainda que ao dito morgado se haõ de vincular as legitimas do defuncto Gaspar de Abreu primeiro successor que foy do dito morgado, e ainda que as ditas casas entrassem nas ditas legitimas (o que os embargantes por

nêhum modo provaõ) com tudo como as ditas legitimas fossem nomeadas pelos instituidores geralmente, e com nome appellativo, sem particularizarem propriedades certas, podião subrogarse outras quaesquer ao dito vinculo no tempo da annexação, como em effeito se fez na sentença, e não obsta que os embargantes a tenham embargada, pedindo a herdeira do dito Gaspar de Abreu mais bens para o dito morgado por quanto essa acção não tira que a dita herdeira haja de satisfazer os legados que o dito testador deixou, como quiz satisfazer aos AA. o das casas da contenda, pois se prova pelas testemunhas da inquirição dos AA. que o testador Gaspar de Abreu era muito rico, e tinha muitos bens, e dinheiro donde se poderião satisfazer suas obrigações, e ultimamente como se não prova por parte dos embargantes que o dito testador não podia, nem tinha de que fazer legados, senão deve encontrar a disposição de seu testamento que sua herdeira quiz dar à execução, pelo que a sentença embargada se cumpra, e passe pela chancelaria, ficando aos embargantes reservado seu direito contra a herdeira sobre o vinculo dos mais bens que pertendem, e paguem as custas. Lisboa 19. de Novembro de 1676.

Antonio Baracho Leal.
Ab hac sententia appellatum fuit ad supplicationis Senatium, ubi lata fuit sententia sequens.

Acordão os do Dezembargo &c. Bem julgado he pelo Juiz, confirmaõ sua sentença por alguns de seus fundamentos, e o mais dos autos, com declaração que reservaõ ao R. seu direito contra o A. para o caso em que senão achem bens bastantes para o vinculo, possa ter regresso contra o A. e pague o R. os autos. Lisboa 9. de Dezembro de 677. D. Freire. Pinheiro.

Hæc

Hæc sententia fundata fuit in deliberationibus sequentibus.

39 De juribus primæ sententiæ nobis jam disquirere non oportet, illa namque in rem judicatam transiit, & solum circa secundam prolatam, super impedimentis iudicium interponere fas est attenda dispositio-
Ord. lib. 3. tit. 84. §. 8. Castr. in praxi lib. 3. cap. 18. n. 4.

His igitur impedimentis tentavit Reus iudicatum evertere, eo unico fundamento, quod domus legatæ vinculo maioratus jam antea erant suppositæ, ac ideo nullum fuisse legatum à defuncto Gaspari relictum, sed meo iudicio, in probatione Reus defecit, vel saltem tuto non possumus adhuc iudicare, an tales domus intra maioratus vinculum sint comprehensæ, licet enim Gasparis præcedente consensu eius legitima fuisset vinculata, tum extabant alij fratres, et sorores quibus domus poterant obvenire, ut defuncto obvenisse constat Joannæ in addictione transcripta; et quamvis in sententia Provisoris talis addictio, vel legitima vinculo supponatur, tamen hæc sententia per interpositam appellationem est suspensa, unde cum adhuc istæ domus sub vinculo constitutæ clare non demonstrantur, ego sententiam intorim approbarem, ea tamen declaratione, quod si excussa sorore defuncti hærede, bona ad maioratus implementum non existant, tunc regressum detur contra legatarium impeditum, juxta doctrinam *Merlin. in tract. de legitim. lib. 5. tit. 4. q. 6. n. 5. & 9. Ulyssipone 16. Martij 1677.*

Pinheiro.

Eodem jure utor *Ulyssipone 17. Martij 1677.*

Doutor Gouvea

41 Constat per certitudinem domus

legatas in patrimonio defuncti legantis, parentum fuisse, qui simul, et prædictus filius maioratum instituire de tertiis, et legitimis (nec hoc impugnat, sed faciet hæres defuncti legantis) à tempore mortis parentum usque ad mortem illorum filij, ipse dictas domos possedisse non dubitatur, et quia non probatur ab aliunde, seu ex alio capite domos consequutas fuisse, necessario tenendum, ei à parentibus venisse, obveniendū in dictis tertiis, vel legitimis, et possidendo titulo institutionis præcedentis, cum possessio acquisita, et continuata præsumatur ex causa immediata vel titulo *L. 2. Cod. acq. possession. L. quedam mulier. ubi glos. fin. Cod. reivend. Bechius cons. 6. n. 6. Surd. cons. 16. n. 13. & cons. 94. n. 34. Faquin. lib. 8. controvers. cap. 34. vers. respondeo Cassanat. cons. 40. n. 15 Post. de manut. absent. 54. n. 21. & decis. 166. n. 19. et juxta supradicta teneo absque dubio domos esse maioratus; constat enim institutores expresse voluisse vinculare bona sua, quæ essent libera, et ad vinculum habilia, ut ex verbis institutionis ibi: *achandosse de seus bens propriedade forra, izenta &c.* et voluntas disponentis regina est dispositionis, quæ semper venit observanda, et inspicienda *text. L. cum proponebatur ff. legat. 2. Surd. cons. 67 n. 9. Matiens. lib. 5. tit. 4. lib. 6. glos. 1. & 3.**

Nec dici potest formalitatem prædictam solum inveniri declaratam circa tertia non circa legitimas, quia non datur diversa ratio, et ex identitate rationis, formalitas, ut ordo, conditio, et clausula censetur repetita *Menoch. cons. 926. n. 19. Gratian. forens. cap. 808. per totum Castilb. lib. 2. cap. 4. n. 14. & lib. 4. cap. 9. n. 38. Gam. decis. 307. n. 5. Flores ad Gam. decis. 27. n. 8. Cabed. decis. 143. n.*

4. p. 1. *Reinos. observ. 64. á n. 35. Phæb. decis. 104. á n. 62. & decis. 126. n. 27.* Ad quid enim dicetur, quando maioratus constituuntur in bonis liberis, et ipsa inveniuntur in patrimonio instituentes potius voluisse et vendi, et quod suo loco alia subrogentur? nisi sit ut eveniat, quod in præfenti (notatione dignum) domos vinculi capaces, et retrum inhabile vinculari bona defuncti dubia sine titulis quædamque litigiosa, et alia hypotecata esse possint, hæc subrogentur; certa, libera, et antiqua à maioratus instituentibus provenientia de his possessor testetur, et disponat, sed absit; nec Provisor in sua sententia id voluit, nisi in defectu scientiæ bonorum instituentium, ut patet, ibi: *por causa de senaõ saberem os bens &c.* at cum manifeste ex supradictis domos esse de antiquis bonis parentum instituentium, & sint libera non ausus sum dicere prius, et potius in subrogatis, quàm in ipsis maioratum esse constitutum, cum de illis nulla facta mentione, conexatio sit facta, maxime cum ad id inveniam falsam intervenisse assertionem hæredis affirmantis nulla ala esse bona & quanvis subsequuta fuisset justificatio fuit sine Rei citatione per testes suspectos ob suum interesse facta, ut videre est.

45 Revocetur igitur iudicatum, salvo tamen jure Actorum contra hæredem, si eis visum sit legatum valere, in hoc casu, de re aliena, & ante omnia eis præstare curatorem in hac instantia, ut patronus requirit Ulyssipone Aprilis 4. anno 1677.

Sylva, e Sousa.

Cum prioribus dominis sapientissimis iudicis sententiam amplector, nam licet instituentes omnia bona libera vinculaissent, tamen cum ædes contentionis in partitionibus bono-

Pars IV.

rum instituentis, neque tertijs: neque legitimæ Gasparis adjudicatæ fuerunt, sed sorori, quare non est cur in vinculantis generalitate, præfens fundetur decisio, eo præcipue, quia neque modo in vinculi sententia ædes vinculatæ leguntur; unde neque ex dispositione testantis, neque ex Iudicis præcepto, vinculum detegitur, & cum Gaspar dives esset, non deficient bona ad vinculum, sine legati ædium ademptione: impleatur que voluntas. Ulyssipone 9. Decembris 1677.

D. Freire.

No Feito de appellação civil de Dona Luiza de Miranda, com Antonio de Barros de Sampayo, e sua mulher Dona Antonia de Mello, Escrivaõ Jorge Barreyros de Aguiar, se deu a sentença seguinte.

Vistos estes autos, &c. Mostra-se por parte dos Authores instituir morgado de seus bens Dona Ignês de Gouvea, chamando para elle a seu sobrinho Fernaõ Figueira de Moura, e seus descendentes, prohibindo a lheação como se contém na instituição do dito vinculo; e no codicilo, onde declara deixa tambem vinculodas as casas no libello confrontadas que a R. possue, e anexas aos mais bens de que fez a instituição. Mostra-se falecer o primeiro chamado sem filhos, ou descendentes legitimos despois de estar na posse do dito morgado, achando-se sua parenta mais chegada a Authora Dona Antonia, e da linha da instituidora por ser sua sobrinha direita, filha de seu irmão mais velho Gomes de Figueiredo Barbosa, em cujos termos, conforme aos de direito, se lhe devolveo a successão do morgado, e a R. indevidamente occupa as casas de que se trata, e tomou dellas posse, não lhe pertencendo, e sendo do dito vinculo,

Zzz

culo,

culo, pelo que as deve largar com os frutos da indevida occupação. Pela R. se não mostra cousa alguma, por se não defender na causa, e só a final diz, que tal morgado não houve, por lhe faltar no testamento, e codicilo, a forma com que se instituem, e pelo mesmo se vê não querer a testadora, deixar vinculo, com que os Authores não podem reivindicar. O que tudo visto com o mais que dos autos consta, e disposição de direito neste caso, segundo o qual para se condemnar pela reivindicação, he necessario provarem-se os dous requisitos; a posse da parte da R. e o dominio da dos Authores, e como se prove possuir a R. as casas da contenda nem ella o nega, e o dominio dos Authores esteja tambem provado, por quanto segundo o testamento, e codicilo, houve instituição de morgado, com clausula de non alienando, e vocação de familias; em cujos termos se não pode duvidar da vontade da testadora, e vinculo por ella feito, o qual pertence aos Authores por parenta a Authora mais chegada, que nestes autos ha, ao ultimo possuidor, e do sangue da instituidora, sua sobrinha direita, como fica dito, se segue ser a R. condemnada, pois não mostra algum parentesco, ou razão que a releve: em cuja consideração a condemnno abra mão, e restitua as ditas casas com os frutos da indevida occupação, por occupar sem titulo, ou cousa que em boa fé a constituisse, para os Authores na maneyra pedida, com declaração que ficara ao morgado seu direito salvo, à segunda chamada para elle pela testadora, que aqui se não tratou, nem os Authores a excluem, ou nella falaõ, e pague a R. as custas dos autos. Lisboa

20. de Junho de 1682.

Luiç Pimentel da Costa.

Ab hac sententia appellatum fuit ad supplicationis Senatuum, ubi confirmata fuit in deliberationibus sequentibus.

44
Nullo juris fundamēdo Rea se eximire pertendit à restitutione domum, de quibus agitur, nam tam ex testamento, quam ex codicilo Agnetis de Gouvea apparet, quod illas maioratui ab ea instituto vinculavit, variasque vocationes fecit, primo loco nominando nepotem Ferdinandum Figueira de Moura qui in sua vita possessit, ut cernitur ex testibus, ab Actoribus, productis, & de illo descendentes non extiterunt, constat etiam quo Actrix tam ei proximior est, quam institutori. Ideo juxta dispositionem *Ord. lib. 4. tit. 100. §. 2.* & Doctores à patrono relatos in suis perorationibus; in dubius sum in confirmatione docti Judicis sententiæ. Ulyssipone 2. Septembris 1682. Freire.

Idem placet Ulyssipone 17. Novembris 1682. Motra.

Convenio Ulyssipone 28. Decembris 1682. Lopes Oliveira.

§. LXIII.

Maioratus non censetur erectus quando expresse aut per conjecturas non ostenditur nec ex prohibitione alienationis colligitur quando est restricta ad unam personam & non ad familiam.

SUMMARIUM.

Omnius missarum simpliciter maioratum non inducit. n. 1.

Nepotes

Nepotes appellatione filiorum continentur. n. 4. contrarium n. 6.

L. cum avus 102. ff. de cond. & demonſt. intelligitur. n. 5.

Voluntas teſtatoris intoligenda eſt, ſecundum ejus intentionem n. 8.

Publice expedit quod ſuprema hominum judicia, exitum habeant. n. 9.

Nemo dominus præſumitur alicujus rei, niſi conſtet de principio domini. n. 10.

Confines faciunt demonſtrationem rei deductæ. n. 12.

Diverſitas arguit diverſitatem n. 13

Præſumptio cum veritatem non excludat, dominium in rei vendicatione actione non probat. n. 17.

NO Feito de appellaçãõ civil de Maria Alves da Leça, com Manoel da Silva Fidalgo, Eſcrivaõ Joſeph Cardoſo da Silva, ſe deu a ſentença ſeguinte.

Acordaõ os do Dezeſbargo, &c. Não he bem julgado pelo Juiç em julgar por de vinculo, e Cappella a terça deixada por Maria Rodrigues em ſeu teſtamento, e que como tal pertence ao Author. Revogando ſua ſentença, viſtos os autos, e como pelo teſtamento junto ſe não ache que a teſtadora fiçeffe inſtituiçãõ do vinculo de Cappella, ou morgado expreſſamente, nem ainda as conjecturas, que por direito ſão neceſſarias para ſe preſumir quizeſſe fazer vinculo por não ter a prohibiçãõ de alheaçãõ, e vocaçãõ de huma das peſſoas ſer reſtricta, ſubſtituindo deſpois deſta todos os filhos do ultimo chamado, de que ſe colhe não tratar da conſervaçãõ da familia, por tanto julgaõ os bens da dita terça por livres de vinculo, e ſõmente cenſurarios para com o encargo das miſſas ſe encabeçarem em hum dos herdeiros,

Pars IV.

partindoſſe por eſtimaçãõ, e abſolvem ao Reo do pedido pelo Author, que condemnaõ nas cuſtas dos autos. Lisboa 5. de Julho de 1691.

Mattoſo. Doutor Maya. Coſta.

Hæc ſententia fundata fuit in de liberationibus ſequentibus.

Petit Actor bona tertix Avix ſux Mariæ Rodrigues, tanquam in perpetuum vinculata in titulo fol. 4. de quo tota hæſitatio eſt inutiliter tamen dicerem Actorem agere; quia in titulo nulla invenitur prohibitio alienandi in conſervationem familiæ, unde induci ſolet maioratus conſtitutio, nec onus miſſarum ſimpliciter maioratum probat, immo cum ipſo onere ad quemcumque poſſeſſorem tranſire poſſint bona onorata Val. conſ. 82. n. 8. Gam. d. 30. Reynof. obſervat. 68. n. 18.

Cum poſt mortem Patris harum partium ad tertiam bonorum ejus filij ſint vocati, æquis portionibus inſtituti cenſentur ex L. quoties §. heredes ff. hered. inſt. quæ jura etiam procedunt in ſubſtitutionibus cum Bart. & aliis Menoch. conſ. 1256. n. 15. Reynof. ſupr. n. 20.

Sed quia miſſarum onus indiviſibile ſit, bona tertix dividenda non eſſe, niſi tamen per æſtimationem inter cohæredes ex dict. DD. & Barbos. ad Ord. lib. 1. tit. 62. §. 53. n. 2. ſic placet in revocationem Judicis. Ulyſſipone 18. Maij 691.

Mattoſo.

Optime fundatæ præcedentis Domini reſolutioni, viſa teſtatricis diſpoſitione fol. 4. libenter ſubſcribo. Ulyſſipone die 28. Junij anno 1691.

D. Maya.

Idem placet Ulyſſipone 4. die Julij anno Domini 1691. Coſta.

No Feito de Appellaçãõ civil de Antonio Martins, com Antonio Nunes, Eſcrivaõ Jorge Barreyros de Aguiar, ſe deu a ſentença ſeguinte.

Zzz ii

Julgo

Julgo os embargos por provados, visto constar com toda a clareza que as casas que ficaraõ da defuncta estavaõ obrigadas mais do que valem, e estarem em primeiro lugar obrigadas às dividas por se não poder dizer herança antes destas pagas, e por conta do embargante, e pague as custas ex causa. Portalegre 26 de Março de 1680.

Pedro Fernandes Garro.

Ab hac sententia appellatum fuit ad supplicationis Senatam, ubi confirmata fuit in deliberationibus seqq.

- 3 In re clarissima non licet nimis morari, Emmanuel testator, sororis virum instituit, eumque ut post mortem, residuum hæreditatis filiabus suis, testatoris sobrinis restitueret: hæ vero patre gravato mortuæ sunt, & fideicommissum expiravit ex regul. text. in *L. unic. §. fin autem Cod. de Caduc. tollend.* at instat Applens ad filios filiarum gravati fideicommissum pertinet, tum ex tacita substitutione *L. cum avus 102. ff. de condition. & demonstrat.* tum
- 4 quia nepotes appellatione filiorum comprehenduntur, sed utrumque vanum, & impertinens, primum quia *d. l. cum avus* procedit quando pater est qui disponit, tum enim licet conditionem si sine liberis non exprimat illam *d. l. cum avus*. benigna interpretatione inducit, ne videatur testator alienas successiones propriis antepone, quam rationem præstat *Imp. in L. cum acutissimi Cod. de fideicommissis*. Secus in collateralibus qui inter se non eodem charitatis vinculo aligantur expresse, & doctè *Portugal. tom. 1. lib. 1. prælad. 2. §. 2. n. 155*. Secundum
- 6 quia licet controversum sit an & quando filiorum appellatione nepotes veniant, negativa sententia verior est ex *Pinel. in L. 1. p. 1. n. 69. Cod. de bon. matern. Menoch. lib. 4.*

præsumpt. 94. Valasc. conf. 140. Gam. decis. 160. Molin. d. primogen. lib. 1. cap. 6. n. 27. Peregrin. de fideicommiss. artic. 22. à n. 45. & plures alij, quos referre non vacat stat igitur judicatum. Ulyssipone 7. Februarij 1685.

Perei a.

Convenio Ulyssipone 27. Octobris 1685.

Carneiro.

Idem Ulyssipone 8. Novembris 1685.

Freire.

No Feito de appellaçaõ civil de Antonio Carvalho, com Antonio da Costa, Escrivaõ Jorge Barreyros de Aguiar, se fez hum requerimento, sobre que se mandou o seguinte.

Mando se não proceda a partilhas vista a dita certidaõ, e não serem os ditos bens sujeitos à restituiçaõ, e o marido não ser herdeiro, e mando que se faça termo que assignaraõ.

Manoel Monteyro de Sande.

Ab hac jussione appellatum fuit ad supplicationis Senatam, ubi confirmata fuit in deliberationibus sequentibus.

In appenso inveniuntur verba dispositionis, quæ ita dicunt. *Deixo à minha sobrinha Maria Ramos por nome Maria as casas &c.* & paulo infra. *E por morte da menina a seus herdeiros.* quæ verba clare, & absque ulla controversia fideicommissum inducere non est dubium, nam ex illa dispositione aperte ostenditur testatricem nolle bona per mortem Mariæ ad alios divenire, qui illius hæredes non sint, imò ejus hæredes tantum illa lucrare; unde si hæredes mariti partem illorum bonorum consequantur, directè voluntas disponentis obviatur non enim isto in casu bona ad hæredes Mariæ venire poterunt, ea defuncta, sed tantum partem, quod aperte dispositionem lædit, & obviatur, cum tamen voluntas testatoris intelligenda sit secundum

cundum ejus intentionem ex Bald. in L. ultim. §. 1. n. 22. Cod. com. legat. late Mantic. de conjecl. lib. 2. tit. 10. Gratian. forens. cap. 446. n. 49. Publice namque expedit quod ſuprema hominum judicia exitum habeant L. vel negare ff. quem admodum testament. apert. Mantic. de tacit. 2. tom. lib. 26. tit. 2. n. 2. teneant igitur judicatum. Ulyſſipone 22. Aprilis 1660.

Rego.

Cum ſapientiffimo domino libenter convenio. Ulyſſipone 26. Aprilis 1660. Azevedo.

Convenio cum ſapientiffimis dominis ex optimè à primo notatis, junctis traditis per Mantic. de conjecl. ultim. volunt. lib. 8. tit. 14. a n. 1. cum ſequentib. ubi ſi legatum relictum ſit alieni, & ejus hæredibus inter eos ſive deſcendentes, ſive extraneos dividi debet, uade non po- teſt communicari inter virum, & uxorem ſententia confirmata. Ulyſſipone 26. Aprilis 1660.

Pinheiro de Brito.

No Feito de appellação civil de Antonio Gaſpar, com Belchior Leytao, Eſcrivaõ Jorge Barreyros de Aguiar, ſe deu a ſenrença ſeguinte.

Acordaõ os do Dezeſmbargo, &c. Naõ foy bem julgado pelo Juiz de Alpedrinha, e Corregedor da Comarca, em declararem a vinha, olival, e ſouto pedidos no libello por bens vinculados a dita Cappella. Revogando ſuas ſentenças viſtos os autos, e como ſe mostra que a dita propriedade fora poſſuida por livre pelo ſogro do pay do Author, e que lha dotara em caſamento com ſua filha, e nunca o inſtituidor da Cappella della foſſe poſſuidor, e os bens ſe preſumem livres, naõ compete ao Author a reivindicacão intentada, porque ſe mostra que o pay do Author reivindicaffe a Catherina Pi-

ſarra huma vinha, e olival por ſer de vinculo da Cappella intentada pelo Padre Martim Leytao: com tudo naõ ſe mostra que ſeja a meſma pedida no libello, e ao Author incumbia provar legalmente a identidade da propriedade. O que viſto abſolvem aos Reos do contra elles pedido, e pague o Author as cuſtas dos autos de todas as inſtancias em que o condemnaõ. Lisboa 18. de Julho de 1690.

Matoso. Cunha. Vieyra.

Hæc ſententia fundata ſuit in deliberationibus ſequentibus.

Valde turbidum jus ſuum ad reivindicandas contentiones proprietates Actor expendit, quippe dictas proprietates vinculo ſupofitas eſſe affirmat, qua de cauſa tamquam ejus ſucceſſor in eum dominium fuiſſe translatum patet; ſed quo ad me minime ſupra dicta probantur.

Primo quia exactis non conſtat 10 quod ille Præſbiter Martinus inſtitutor Cappellæ poſſeſſor fuiſſet dictarum proprietatum, ac ita nemo dominus præſumitur alicujus rei niſi conſtet de principio dominij, ita tenet Bald. in L. ſive poſſidētis Cod. de probat. Bartol. in L. ultim. Cod. de jure dominij impetr.

Aſt dices, quod ex chyrographo, 11 cujus virtute Actoris pater dictas proprietates, à quadam Catherina Piſarra reivindicavit. Satis conſtat dictum Martinum inſtitutorem illas emiſſe, ergo de ejus poſſeſſione minime dubitari poſſeſt, ac per conſe- quens nec de Actoris dominio.

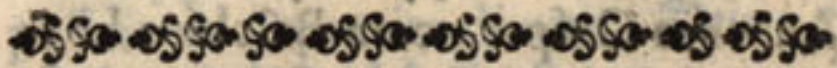
Verumtamen reſpondetur quod 11 ex dicto venditionis chirographo, alias eſſe proprietates demonſtratur, nam in illo agitur de proprietatibus poſitis loco nuncupato da Ribeira, at vero iſtæ de quibus diſputamus, inveniuntur in loco nuncupato da Cruz, ut patet ex ſcriptura vendi- tionis,

- 12 tionis, & præmutationis, & sicut confines faciunt demonstrationem rei deductæ ex text. in *L. qui fundum §. qui agrum ff. de contrahend. emption. text. in L. seruo Cod. eodem tit. §. 1. text. in L. si fines Cod. de eviction. ita etiam ipsorum diversitas arguit diversitatem *Rota decis. 128. n. 2.* ac ita nihil Actori proficit illa sententia contra dictam Pisarram habita.*
- 13 Secundo quia ex omnibus testibus Rei constat dictas proprietates à patre Actoris fuisse possessas dotali titulo, & quamvis Reus de præfata dote scripturam non ostendat, attamen hoc ei non incumbit; siquidem probare suam actionem ad Actorem pertinet: sufficit enim Reus dicere quod possidet, quia possidet ut vulgare est.
- 14 Denique circa fundum nuncupatum *do Souto* etiam dubio caret, quippe constat aperte non fuisse institutoris Cappellæ, siquidem datus fuit in solutum Actoris patri ut ex chyrographo patet, & ex teste contra producentem.
- 15 Cum ergo Actor proprietatis dominium non probasset propter identitatis defectum, minime in actione reivendicationis obtinere debet, absolvatur igitur Reus, confirmato sic, & revocato Præsidente. Ulyssipone 27. mensis Aprilis anno Domini 1690. Cunha.
- 16 Non leves pro Actore adsunt præsumptiones, ut credere possimus terras contentionis, & in libello petitas ad vinculum Martini attinere, & ut vinculatas à patre Actoris possessas fuisse, immo, & reivendicatas à quadam Catherina Pisarra si forte nostrum libellum in illo de quo conferamus, sed hæc non concludunt Actoris dominium, nisi tantum præsumptive, quæquidem præsumptio cum veritatem non excludat, dominium in reivendicationis actione
- 17

non probat, *Fab. in Cod. tit. 14. de probationib. in lib. 4. definition. 47.* & cum identitas in rebus non præsumatur, debet rei petitiæ identitas concludenter probari, quod commodius fiet si res ipsa oculis subjiciatur, & si ad huc de ipsius rei identitate dubitetur pro possessore judicandum est, *Fab. proxime definition. 69.* Plane ex visura, nec etiam ex Actoris testibus clare edocemur, res modo petitas illas esse, quas Actoris pater à prædicta Catherina vendicavit, immo in hac instantia docet Reus non ut vinculatas, sed ut liberas semper fuisse possessas, & ut tales forti subjectas fuisse, ut patet ex certitudine, igitur ex his, & aliis à primo domo excogitatis non Præsidis, nec Judicis sententia mihi placet, sed Reos absolute absolverem, ut proximo domino placuit, cui libenter subscribo. Ulyssipone 16. Junij 1690.

Doutor Vieira.

Idem placet. Ulyssipone Julij 17. 1690. Matoso.



§. LXIV.

Servis relictis possessoribus maioratus ad quem pertineant.

SUMMARIUM.

Solvens possessori qui restituendus est liberatur. n. 6.

Funeris expensas deducuntur ex communi acervo. n. 10.

Quando maritus mulieris, non remanet hæres, nec mulier mariti illa medietas bonorum casualis que in vita permanenti adjudicatur, non amoriente, sed

*ſed a lege provenit. n. 12.
Privatus chyrographus nihil probat
ad prelationem. n. 13.
Virtute pignorationis dominium
appropriatur. n. 14.*

NO Feito de appellação civil de Antonio de Souſa Henriques com Dona Helena de Anhaya viuva que ficou de Ignacio de Mattos de Figueiredo Froes, Eſcrivão Jorge Barreiros de Aguiar, ſe deu a ſentença ſeguinte.

Viſtos eſtes autos libello do A. contrariedade do R. mais artigos recebidos, papeis, e mais documentos juntos, e provas dadas. Moſtrase por parte do A. que fazendo teſtamento ſolemne Diogo de Souſa com ſua mulher Dona Antonia da Coſta ambos de mão commua, entre outras couſas que diſpuzerão no dito teſtamento o dito Diogo de Souſa bem aſſim foy, que todos os ſeus bens moveis tocantes á ſua meação ſe vendeſſem, e do procedido delles ſe fiſſeſſe emprego em bens de raiz, e foros, e que a dita ſua mulher Dona Antonia da Coſta lograſſe os ditos bens em ſua vida com os eſcravos crioulos, e que por ſua morte paſſaſſem os ditos bens a ſeus filhos naturaes declarados em ſeu teſtamento, os quaes falecendo ſem deſcendentes, paſſaſſem os ditos bens a ſua irmã Dona Vicencia, e que ſendo todos eſtes chamados falecidos ao tempo da morte da dita herdeira inſtitubida ſua mulher, foſſem os ditos bens ao poſſuidor que foſſe do ſeu morgado naquelle tempo. Moſtraſe que todos os ſubſtituidos chamados pelo dito Diogo de Souſa, faleceraõ em vida da dita Dona Antonia ſua mulher, a qual ficou poſſuindo todos os ditos bens, e o procedido delles que importou em quinhentos, e dezoito mil e nove centos, e cincoenta e ſete reis, dos quaes ſe havia comprado alguma

fazenda, e juroſ, juntamente com os eſcravos crioulos. Moſtrase finalmente que a dita Dona Antonia da Coſta faleceo da vida preſente, ſem ter feito reſtituição alguma dos ditos bens ao Autor que he o poſſuidor do morgado que poſſuia o dito ſeu marido, e o parente mais chegado da ſua linhagem, a quem pertencem os ditos bens na forma do teſtamento do dito Diogo de Souſa, e que o R. por ficar por herdeiro univerſal da dita Dona Antonia, e eſtar de poſſe de ſeus bens tinha obrigação de reſtituir ao A. os ditos quinhentos, e dezoito mil e nove centos, e cincoenta e ſete reis com ſeus juroſ, e intereſſes deſde a morte da dita Dona Antonia até real entrega, em que devia ſer condemnado. Defendeſe o R. dizendo que o A. he filho do Lecenciado Manoel Soares Henriques, e de ſua mulher Dona Marianna de Souſa, a qual veyo a ſucceder no morgado por falta das peſſoas que inſtituia o dito Diogo de Souſa, e que por o pay do A. ſer Letrado, e advogado neſta Villa, era peſſoa muito aſtuta, ſagaz, e ambiciosa, e que em razão do referido ſe metera com a dita Dona Antonia da Coſta tia do R. a qual era muito ſingela, e virtuosa, e pela amizade que contrabiraõ fazia o dito Manoel Soares pay do A. as partes da dita Dona Antonia, contra Antonio de Souſa, irmão do dito Diogo de Souſa, e que neſte meyo falecera o dito Antonio de Souſa Pereira, por cuja morte ficou ſuccedendo no dito morgado o pay do A. pela cabeça da dita ſua mulher Marianna de Souſa. Moſtrase mais que o dito Manoel Soares fora o que dera a eſcrever todos os bens do dito Diogo de Souſa, e elle fora o que dera contas do teſtamento, tudo debaixo da amiſade que tinha com a dita Dona Antonia em odio do dito Antonio de Souſa

sa Pereyra que no tal tempo possuía o dito morgado, e que falecendo este, finalmente se viera a investir na posse de todos os bens o dito Manoel Soares pay do Author, não só dos que pertencião à parte do dito defunto Diogo de Sousa mas também dos que pertencião à parte da dita Dona Antonia sua mulher tia do Reo a qual o dito pay enganava de sorte que se lhe apofsou dos ditos bens cavilosamente, por diversos titulos assim de emprestimos, como de obrigaçoens privando à dita Dona Antonia do usufructo, e rendimento dos ditos bens, e ainda dos seus proprios, levando-a para sua casa até que finalmente se desenganou a dita Dona Antonia, e se veyo de casa do pay do Author, ficando-lhe nella todos os seus bens, sem o dito pay lhos querer restituir; e assim devia o Author ser condemnado nelles por reconvenção. O que tudo visto, e o mais que dos autos consta, disposição de direito em tal caso, e como se mostra pelas certidoens, confessar o pay do Author estar de posse dos bens tocantes ao dito Diogo de Sousa, cuja prova se corrobora por multiplicados actos judiciais que constaõ das certidoens, termos em que conforme aos de direito se extinguiu a obrigação que assistia à dita Dona Antonia de restituir os ditos bens por sua morte, ao pay, e mãy do dito Author, e por consequencia ficou o Reo eximido da dita obrigação, e se mostrar que o Author foy herdeiro do dito seu pay, o qual ao tempo que faleceo a dita Dona Antonia da Costa, era possuidor do dito morgado de Diogo de Sousa a quem competião os ditos bens, e elle os haver cobrado, posto que intempestivamente, e ficar satisfeita a vontade do defun-

to pela dita apreheção, e soluçãõ. Absolvo ao Reo do pedido pelo Author; e deferindo a reconvenção, visto como se prova plenamente todo este processo, em como o pay do Author de todos os bens tocantes à meação do dito defunto Diogo de Sousa em vida da dita Dona Antonia, por termos illicitos, e cavillosos, devendo a dita Dona Antonia lograr o usufructo dos ditos bens e seus rendimentos em sua vida na fôrma do testamento do dito Diogo de Sousa. Condemno ao Author no rendimento dos ditos bens, do tempo que o dito Manoel Soares seu pay se invistio na posse delles até o tempo da morte da dita Dona Antonia da Costa, e bem assim nos vinte e seis mil, e cem reis das bemfeitorias do morgado do Author que forãõ imputadas à parte da dita Dona Antonia, e não constar do pagamento, que sãõ os que constaõ da certidaõ fol. 106. verso, e bem assim na ametade das expensas funerais que se fizeram por morte do defunto Diogo de Sousa, e na ametade das dividas que constar haver pago a dita Dona Antonia que fossem contrahidas, em vida do dito defunto, o que tudo se liquidara na execuçãõ. E quanto ao mais pedido na dita reconvenção, absolvo ao Author por não constar, e se provar em especifica fôrma o que de direito era necessario para a dita condemnação, e pague o Author as custas dos autos em que o condemno Santarem 8. de Novembro de 677.

João Ferras Velho.

Ab hac sententia appellatum fuit ad supplicationis Senatam, ubi lata fuit sententia sequens.

Acordãõ os do Dezembargo, &c. Bem julgado foy pelo Juiz de fora da Villa de Santarem em absolver

ao Reo da reſtituição pedida dos bens do morgado, que instituiu Diogo de Souſa, e outrosim em o que deferio na reconvenção do Reo, condemnando ao Author nos frutos dos bens da meação do defunto Antonio de Souſa, do tempo que ſeu pay ſe meteo de poſſe, até o tempo da morte de Dona Antonia da Coſta, e em condemnar outrosim nas bemfeitorias pedidas. Porém em não condemnar ao Reo na reſtituição da escrava Julianna, e na reconvenção, e em condemnar ao Author em amedade das dividas, e em mandar pagar as impensas funerais todas da parte do defunto, e em não condemnar ao Author no valor dos morveis da meação da dita Dona Antonia da Coſta; foy por elle mienos bem julgado. Cumpra-se o confirmado por alguns de ſeus fundamentos, e o mais dos autos, e como pela verba do teſtamento do instituidor Antonio de Souſa, consta deixar as escravas que tiueſſe ao poſſuidor do morgado para ſempre o ſervirem, nos quais termos lhe pertence a escrava Julianna, como crioula, e escrava do dito teſtador por ſe provar ſer filha de outra escrava do dito teſtador. Por tanto condemnão ao Reo entregue ao Author a dita escrava Julianna. E deferindo à reconvenção, viſto como ſe não prova eſpecificamente as dividas que a defunta Dona Antonia pagou por ſeu marido, e não eſtando justificadas, não tem o Author como coherdeiro obrigação de as pagar. Por tanto o absolvem do pedido nesta parte. E viſto outrosim, como a mais praticada opinião, he que as impensas funerais ſe devem tirar da parte do defunto. Mandão que o Author como herdeiro do dito Diogo de Souſa ſeja obrigado a pagalas ſomente; e

Pars IV.

viſto outrosim como consta que o pay do Author levou a dita defunta Dona Antonia para ſua caſa com todos os morveis, e quando della ſahio, consta os não trouxera de que geralmente ſe queixara. E conſtar outrosim que o pay do Author confeſſou repetidas vezes ter em ſeu poder os morveis de que ſe trata, tanto judicialmente, como extrajudicialmente, termos em que ficou obrigado à ſatisfação, e valor delles, e o eſtá o Author como herdeiro do dito ſeu pay; por tanto o condemnão na reſtituição dos ditos morveis, e ſeu valor, e huma, e outra couſa ſe liquidará na execução deſta ſentença; e nesta fórma hão por reformada a ſentença do Juiç, e condemnão eſtas partes nas cuſtas deſtes autos de permeyo. Lisboa 23. de Dezembro de 681.

Andrade Rua. Lacerda.

Freyre. Carneyro.

Proceſſus non facile reſolvitur imo factum ſum opere dubium, & quod in facto probationum conſiſtit.

Quoad actionem ſententia venit confirmanda ſatis namque probatur Emmanuelem tamquam maioratus administratorem medietatem ad Didacum pertinentem accepiffe, ut probant communiter teſtes, & melius documenta, ubi ingenue confeſſus fuit ſibi debitam ſummam recipiffe, qua propter inciviliter, & calumnioſe ad imitationem parentis intendit Actor jam ei ſolum iterum petere.

Quoad reconventionem tota eſt dubitatio; ego autem ſententiam non laudo, quo ad medietatem pecuniae debitae, & poſt mortem Didaci ab illius uxore ſolutae, eo quod nec debitam, nec ſolutam fuiſſe probet Reus, igitur quoad hanc partem Actorem obſolverem; non

Aaaa

ita

ita dicendum puto de expensis funerum per obitum Didaci factis, quæ ex illius medietate solvi debent, prout juxta meliorem sententiam in senatu judicamus, & ita declararem Sententiam Judicis; illamque etiam laudo, quo ad fructus mobilium, quæ medietati Didaci fuerunt adjudicata, eo quod Actoris parens dolose, & ipsa renitente usufructuaria venditionem impedivit, ut probant communiter Rei testes, qui asserunt ipsam usufructuariam ambitiosum Emmanuelis exactionem quotidie accusare, & juvat certitudo.

3 Quoad restitutionem bonorum ad medietatem Antonia pertinetium, non licet dubitare Actoris parentem hæc omnia accepisse visis testibus, qui omnes unanimiter deponunt Antoniam, omnia mobilia, quæ possidebat, ad Emmanuelis domum deportasse illumque hæc non reposuisse æqualiter affirmant, & ipsa Antonia mulier nobilis & bonæ opinionis in testamento declarat, & melius in codicillo; qua propter ego spreto inventarij privilegio Actorem condemnarem ad restitutionem bonorum, quæ Antonia ad domum parentis portavit, quod in exequutione liquidabitur; et ita quoad hanc partem, etiam sententiam revocarem, & in aliis in omnibus confirmarem, et tandem hæc jam sint satis, post infinitum temporis impendium in examinandis hujus infiniti incomprehensibilis, et impertuni processus probationibus, Ulyssipone 10. Augusti 1680.

Carneiro.
 4 Processum attente, et summo labore perlegi, et visis probationibus in quibus ejus resolutio consistit; libenter placitum amantissimi domini in omnibus amplector. Ulyssipone 20. Novembris 1680. Freire.

5 Fateor quidem iterum, atque iterum processum hunc perlegisse, et iterum, atque iterum in confuso fuisse, quousque viam lucis aperirem, singula hujus processus perscrutando, et singula fas sit exponere.

Quoad petitionem intendit Actor contra Reum tamquam hæredem Antonia, ut maioratum restituat institutoris per Didacum institutorem, quæ quidem Antonia usufructuaria illius fuit post obitum institutoris, legitimo quidem agit jure, eo quod possidens alterius maioratus *das cuberturas* est, et vocatus per expressam testatoris vocationem in testamento; verum etiam legitime ab hac petitione repellitur exceptione solutionis à Reo allegatæ, et factæ per dictam Antoniam, quæ materia sine dubio est in hoc processu, cum solvens possessori, qui restituendus est, liberetur juxta *text. in L. ante restitutam ff. de solut. optime Salgad. Caber. p. 1. cap. 27. an. 39.* ideo in hac prima petitione confirmetur Judicis sententia.

6 Secunda petitio invenitur in libello cujusdam ancillæ filia alterius Juliannæ, eo quod fructus maioratus sint, & altera ratione, quia institutor Didacus jussit, ut ancillæ alumniæ semper interservirent maioratus possessoribus, constat dictam ancillam alienam esse, & natam in domo institutoris ex ancilla Julianna, merito ad possessorem revertere debet, & viso testamento, justam judico petitionem, & quia Judex hujus parcellæ mentionem non facit, ejus in hac parte sententiam revocarem.

8 Quod ad laberinthum reconventionis, petit Reus in septimo articulo, res ibi contentas, & quanvis constet legitime Actorem tamquam hæredem patris sui condemnandum in rebus petitis, vel saltem in censu facto

facto per scripturam, cum respectu sint pertinentes ad maioratum, et petantur fructus ex tempore usufructus, in hac petitione includantur respectu, in hac parcella convenio cum sapientissimis dominis meis amantissimis.

9 Materia autem noni articuli, amplius dubitationis in se continet, petit namque Actor illam medietatem bonorum mobilium pertinentium defunctæ Antonia, eo quod Actoris pater dololé in suam reduxisset domum, dictam Antoniam, quæ secum feres omnia bona á domo expulsa absque bonis, remansere in potestate patris Aoris; fateor me pensasse in reductione probationum circa istam parcelam, eo quod inveniuntur testes; et documenta pro utraque consideratione, constat dictam Antoniam bona sua secum tulisset in domo parentis Actoris, sed quæ, non constant bona, testes enim deponunt quando per expulsionem dictæ Antonia, cum bona ipsa petiisse, et recusaretur traditio, pater Actoris terminum assignavit in quo fatebatur omnia bona dictæ Antonia esse in sua potestate, hoc enim incredibile mihi videtur in homine literato si recusabat restitutionem, quare terminum obligationis subsignavit? ego non possum dicta testium salvare, nisi quod dictus pater Actoris terminum subsignasse confitendo bona partis maioratus in se habuisse, quæ confessio in multis processibus partibus invenitur, et hæc interpretatio sit inclusiva obligationis facienda est dum concurrant dicta testium; qui deponunt quod dictam Antoniam in curribus mobilia adduxisse, cum expulsa á domo patris Actoris fuit: facit consideratio quod dicta Antonia in viduitate per aliquos annos fuisse, & constat aliqua mobilia vendidisse.

Pars IV.

Hac dubitatione juberem cum primo domino, ut condemnetur Reus sicut illi videtur, facta in executione, & liquidatione.

Altera parcella de debito convenio iterum cum præcedentibus dominis.

Quoad expensas funerum confirmarem Judicis sententiam eo quod communem, & practicatam affert *Valasc. de part. cap. 19. n. 48. usque ad fin.* opinionem deducentem funeris impensas ex communi acervo.

Quoad impensas petitas in fabrica agrivationis absolverem Actorem, eo quod quamvis ejus pater fructus colligisset, fuerunt illi, quos Antonius de Sousa seminavit, & ita petitio ista hæredibus dicti Antonij pertinebat, agat Reus adversus illos, quia Antonius collegit fructus feminis per dictam Antoniam factæ; in cæteris vero judicatum confirmo Ulyssipone 21. Octobris anno 1681.

Lacerda.

Quoad usufructum ancillæ Julianæ cum tertio domino amantissimo convenio, quo vero ad expensas funeris, quæ in hac materia dicta sunt á primo, & secundo dominis, placent, & sic in hoc, & in Senato Prutugalensi vidi judicatum, & quia in hoc de hac re agitur, in illo ita fuit judicatum in gravamine Petri Gonçalves da Costa cum Joanne Lopes, cujus gravaminis scriba fuit Dominicus Ludovicus de Oliveira; & in causa hæredem Antonij Rodrigues de Figueiredo, cum vidua Domina Maria da Costa, quod ex eo provenit, quia quando maritus mulieris non remanet hæres, nec mulier mariti, illa medietas bonorum casualis, quæ in vita permanenti adjudicatur, non à moriente, sed à lege provenit, & ex illa ad expensas funeris non tenetur in vita permanens. Ulyssipone 5. Novembris

Aaaa ij

anni

anni 1681. Monteiro.

Quo ad reservationem super usufructum Julianæ cum ultimis dominis convenio. Ulyssipone 22. Decembris anni 1681.

Andrade Rua.

No Feito de appellaçõ civil de Alvaro Ferreira da Camera, Antonio de Mira Solteiro, e a Madre Abadeça de São Bento de Evora com Rodrigo da Costa Pimenta, Escrivãõ Jorge Barreiros de Aguiar, se deu a sentença seguinte.

Acordãõ os do Dezembargo &c. Não foy bem julgado pelo Juiz em declarar que nenhum dos acredores que nestes autos vierãõ com artigos de preferencia, tinhaõ privilegio, e que todos cobrassem igualmente, e faltando se rateasse; revogando sua sentença vistos os autos, e fórma da Ley, julgaõ que o acredor Rodrigo da Costa Pimenta prefere em primeiro lugar, por alcançar sentença contra os devedores em virtude de huma escriptura publica, e fez penhora em 18. de Outubro de 1679. e dos mais acredores, em primeiro lugar tem preferencia o menor Alvaro Ferreira da Camera, e em segundo Antonio de Mira, em ultimo lugar as Religiosas de São Bento, e os tres ultimos preferentes paguem as custas dos autos igualmente. Lisboa 16. de Junho de 1685.

Freire. Baracho.

Hæc sententia fundata fuit in deliberationibus sequentibus.

13. Omnibus aliis ad prælationem concurrentibus; Rodericum præferendum esse acta demonstrant, & jus imperat, sententiam publici instrumenti virtute reportavit, cæteri privatis chyrographis, qui nihil probant *L. scripturas 30. Cod. qui potest in pign. deinde prior pignora cepit die 18. Octobris 1679. & succedit Lex nostra Regia lib. 3. tit. 91.*

Ex aliis vero, primo loco præferendus est minor Alvarus quia pignus cepit die 4. Februarij 1680. & die 11. Aprilis ejusdem anni.

Et secundo loco Antonius de Mira pignus enim cepit die 22. Maii eodem anno 1680. & ultimo tandem loco Moniales admittendæ sunt Ulyssipone 3. Junii 1685.

Pereira
Prælationem Roderici in concursu aliorum creditorum præcipuam omnibus numeris probo, debitum suum quippe in sua sententia trahit ex venditione gregis, habita fide de pretio, in qua emptor, & communis debitor donet pretium, non solvit, non tam potior, quam solus invenitur, & ejus dominium in grege virtute pignorationis appropriavit, & sic respectu illius jus potentius consideratur bene *Castilb. lib. 3. controvers. cap. 16. n. 75. Salgad. in Laberint. creditor. 2. p. cap. 24. ex n. 15. & sequenti.* Tandem quoad cæteros creditores graduatio venit amplectenda, itaut verificetur concursus minoris, & deinceps Antonii, reformato judicato. Ulyssipone 6. die Junii 1685.

Baracho.

Convenio Ulyssipone 15. Junii 1685. Freire.

§. LXV.

De exclusionem personarum quæ non sunt de sanguine institutoris licet sint de sanguine primi vocati.

SUMMARIUM.

In maioratibus semper proximior in gradu

gradu ſuccedit. n. 3.
 Quæ verba important excluſionem
 repræſentationis. n. 4.
 De Linea alicuius dicitur ille, cuius
 ipſe caput eſt, & ab iſſo tan-
 quam a fonte derivantur. n. 6.
 Quando duo descendentes ſunt in ea-
 dem linea, qui proximior eſt
 ingradu ſuccedere debet. n. 7.
 Succeſſio maioratus regulatur per
 quatuor qualitates. n. 8.
 Repræſentatio non admittitur, niſi
 in caſibus expreſſis & extentione-
 nem non recipit. n. 9.
 An repræſentatio inter tranſverſales
 reſpectu primi inſtitutoris ad-
 mittatur. n. 10.
 Teſtator poteſt excludere repræſen-
 tationem, ſicut eam inducere.
 n. 11.
 Conjecturæ validiſſimæ ad repræſen-
 tationis ſententiam n. 12.
 Clausula ſuccedat proximior non to-
 lit repræſentationem quando ſu-
 mus in caſu in quo repræſenta-
 tio dari poteſt. n. 14.
 Sed quando adjicitur ſuccedat proxi-
 mior qui ſuperſtes fuerit tem-
 pore mortis ultimi poſſeſſoris
 tunc non eſt locus repræſentatio-
 ni. n. 15.
 Etiam non eſt locus repræſentationi
 quando dicitur ſalva gradus
 prærogativa. n. 16.
 Monachus quidquid acquirit Monaf-
 terio acquirit. n. 18.
 Monasterium ſi eſt capax bonorum,
 in vita Monachi ſuccedere po-
 teſt. ibidem.
 Principaliſ inſtitutorum ſinis eſt
 ſplendorem familiæ conſervare.
 n. 19.
 Monachus & ſervus equiparantur.
 n. 20.
 Si Monachus non poteſt habere maio-
 ratum multo fortius monafte-
 rium non poterit. n. 21.
 Agens ſine actione repellitur à iudicio.
 n. 23.

Ut tranſverſalis admittatur ad ma-
 ioratum, non ſufficit agnatum
 eſſe ultimi poſſeſſoris ſine liberis
 decedentis, niſi ſimul ſit de ſan-
 guine inſtitutoris. n. 24.
 Quilibet poteſt inſtituere maioratum,
 alienæ familiæ contemplatione.
 n. 27.
 Diſpoſitio generica, recipit interpre-
 tationem a jure, & conſuetudi-
 ne atque rei de qua agitur na-
 tura. n. 28.
 Siquis legat rem ſuam, quæ alias
 cum alio communis eſt, hæc diſ-
 poſitio reſtringitur ad rem, &
 eam reſpicit, quatenus ſua eſt.
 n. 30.
 Quæſtio voluntatis plurimum pendet
 arbitrio ejus decifio. n. 31.
 Proximior vocato, non admittitur
 repræſentatio, ſed conſangui-
 neus proximior ultimo poſſeſſo-
 ri, ſuccedit. n. 33.
 Quod conſtanter procedit, quando
 proximior vocatur, cum relatio-
 ne ad tempus mortis ultimi poſ-
 ſidentis. n. 34.
 Voluntatis interpretatio, nihil aliud
 eſt quam ſenſum alioquin laten-
 tem, & verbis non expreſſum;
 ex ratione legis de promere n. 38.
 Una clauſula in inſtitutione adjecta,
 pe aliam declaratur. n. 40.
 Et ſi per declarationem, ad concor-
 diam reduci non poſſunt clauſu-
 læ repugnantes, potius ſecun-
 dum diſpoſitionem juris ultimæ
 clauſulæ ſtatur. n. 41.

DE hac materia agit Ord. lib. 4.
 tit. 100. §. 2. & Nos diximus
 cap. 9. & vide Pereir. dec. 5. & 8.

No Feito de Appellação civil de
 Luiz Gonçalves, com Dona Brio-
 lanja Coutinho, e o Padre Fr. Hen-
 rique Coutinho, Eſcrivaõ Jorge Bar-
 reyros de Aguiar, ſe deu a ſentença
 ſeguinte.

Visto

Vistos, estes autos, &c. Foy deduzido pelo Author, que Dona Margarida de Landim, e mulher de Pedro Barriga fizera morgado da sua terça, com as vocações que na instituição junta se declarão, e que por morte do ultimo possuidor o Balio de Acre Frey Pedro Bariga, de quem não ficaram descendentes, se devolvera a successão ao Author, por ser neto de Dom Henrique Coutinho, que teve por filha a Dona Phelippa Coutinho mãe do Author, e que o Reo se introduzira na posse de alguns bens do dito morgado, com fundamento de haver sido de Dona Maria de Castro, que foy irmã do dito Dom Henrique, avô do Author, o que não podia aproveitar ao Reo, porque o Author o precedia, mediante a representação, assim como se vivo fosse seu avô do Author, havia de preceder pela qualidade do sexo, a sua irmã mãe do Reo, pelo que lhe devia o Reo restituir a parte dos bens do morgado que possuía, para o Author os lograr com os mais que em si tinha. Contrariou o Reo dizendo, que a elle se lhe desfrira a successão deste morgado, por morte do Balio ultimo possuidor, porque tratando-se da dita successão ao presente entre transverfaes, que não eram descendentes do instituidor, não tinha lugar a representação, e se devia guardar na forma da Ley do Reyno, a disposição de direito commum, que neste caso admitia o parente mais chegado em grau ao ultimo possuidor, sendo do sangue da familia, e que confessando o Author que a linha effectiva da descendencia da instituidora se achava no Balio de quem não ficara descendencia legitima, nem podia ficar supposto o voto da sua religião, se devolvera a successão aos transver-

faes, para os quais a instituidora dispusera novo modo de succeder, porque clara, e expressamente o parente mais chegado em grau ao ultimo possuidor, sendo do sangue da familia, e que o Author se achava mais afastado hum grau, que o Reo. A oppoente allegou a execução de ambos os litigantes, que ella precedia ao Author, por estar mais proxima ao possuidor, e não haver representação nestes termos, e ser assim vontade da disponente, e que ao Reo tambem o precedia, porque ainda que elle fosse seu irmão varão com tudo era religioso professo, e incapacitado para satisfazer às clausulas da instituição, annuenciando bens ao morgado, e trazendo as armas da familia, e que o Author, e Reo lhe deviaõ largar os bens deste vinculo. O que visto, e o mais dos autos, e porque se mostra que no Balio Frey Pedro Barriga, se acabou a linha effectiva dos descendentes da instituidora Dona Margarida de Landim, que tratando dos transverfaes chamou expressamente ao parente que mais chegado em grau fosse vivo, ao tempo da morte do possuidor; e outrossim que as femeas posto que mais velhas, em igual grau fossem precedidas pelos varoens, o que tambem assim he disposto pela Ordenação do Reyno no caso presente em que se trata de successão, não entre irmão; ou filhos de irmãos do possuidor, ou descendentes transverfaes da instituidora, para na forma da dita Ley, e do direyto commum, a que se refere, ter lugar a representação: porém sim entre os litigantes, que ainda que sejam da familia, não são descendentes da instituidora, termos em que nos da disposição, e Ley do Reyno, e direito Civil, fica precedente o parente

parente que ſe achar mais chegado em graõ ao poſſuidor, e computados os graõs, ſe ache que o Reo, e a oppoente eſtãõ hum graõ mais chegados que o Author, porque ſendo para hum, e outro, commun aſcendente Dom Diogo Coutinho, foy eſte avõ do Reo, e da oppoente, e bisavõ do Author, porque o Author he filho de Dona Phelippa Coutinho, que foy filha de Dom Henrique Coutinho, filho do dito Dom Diogo; e o Reo, e a oppoente ſãõ filhos de Dona Maria de Caſtro filha outroſim que foy do dito Dom Diogo, aſcendente commun deſtas partes; e outroſim ſe mostra que o Reo depois de preceder ao Author em graõ, precede à oppoente ſua irmãa pela qualidade de varaõ favorecida na Ley, e diſpoſição. Por tanto declaro ao Reo legitimo ſucceſſor do morgado de que ſe trata, e absolvo do pedido pelo Author, e pela oppoente, ſem que obſte dizer ſe que por ſer o Reo Religioſo profeſſo não pode uſar do appellido, e armas da familia, nem anexar ao vinculo huma terra que valha trez mil reis de renda, porque o Reo ſe acha ja com o dito appellido dos Barrigas, e das armas da familia pode uſar ſem offender os ſeus estatutos, como poderiam uſar o Author, e a oppoente, e para anexação da terra, por ſer o Reo de alheya jurisdição, dará caução idonea nos autos, antes que delles ſe paſſe eſta ſentença, a que ſatisfará com a dita anexação como ſe offerece a fazer dentro de hum mez, depois de paſſar a ſentença em conſa julgada, aliãõ ficarãõ ſujeito à diſpoſição da inſtituidora, e ſe houvera o implemento pelos bens do fiador: e paguem o Author, e a oppoente os autos de permeyo. Lisboa 3. de Novembro

de 1689. João Guedes de Sa.

Ab hac ſententia appellatum fuit ad ſupplicationis Senatum, ubi lata fuit ſententia ſequens.

Acordaõ os do Dezebargo, &c. Foy bem julgado pelo Juiz do Civel em determinar que a legitima ſucceſſão deſta Cappella não pertencia aos Appellantes porẽm em determinar que pertencia ao Appellado, foy por elle menos bem julgado, revogando neſta parte ſua ſentença cumpra ſe o confirmado por alguns de ſeus fundamentos, e o mais dos autos, os quais viſtos, e como delles não conſte ſer o Appellado do ſangue da inſtituidora, nem tambem os Appellantes termos em que conforme aos de direito ſe lhes não pode devolver a ſucceſſão em razão do parentesco; por tanto lha não julgaõ, ſem que obſte a clauſula da inſtituição por onde conſta que a inſtituidora chamou para a ſucceſſão deſta Cappella os parentes de ſeu filho, e lhe poz a obrigação de uſarem do appellido, e armas, que respeitavaõ a ſeu marido, termos em que parecia que a meſma inſtituidora ſe quiz afastar das diſpoſições regulares de direito querendo que ſucedeffem os parentes, ainda que não foſſem do ſeu ſangue. Porque ſe responde que a inſtituidora uſou de palavras gerais chamando os parentes de ſeu filho, e todas as vezes que a diſpoſição he generica ſe deve interpretar conforme as reſoluções de direito, e como conforme a eſtas ſó ſe julguem chamados aquelles que ſãõ do ſangue do inſtituidor, não o ſendo os contendores, de nenhuma ſorte podem ſer admitidos, e com maior razão viſta a outra clauſula da meſma inſtituição, por onde conſta que faltando os parentes, e não nomeando o ultimo poſſuidor, declara a inſtituidora que a Cappella vá ao herdeiro inſtituido; ou àquelle que lhe ouver de ſuceder abinteſtado por outro

tro qualquer parentesco, o que de nenhuma sorte se pode verificar, sendo pela primeira clausula chamados os parentes que não fossem do sangue da instituidora, pois he certo conforme a direito, que o parentesco dos filhos só se pode derivar do pay, e da mãy, para que não haja esta contradicção de necessidade a primeira clausula, aos parentes do sangue da instituidora se ha de referir, nem tambem a obrigação do appellido, e armas per si só induz vocação, principalmente sendo esta posta aos estranhos, em razão dos descendentes chamados, que ja no tal tempo se achavaõ com os mesmos appellidos. Por tanto attendendo à falta de prova do parentesco a respeito do sangue da instituidora, declarão não ter nenhum dos contendores acção para a Cappella de que se trata, attendendo porèm à posse em que se achão, que lhe basta para serem conservados, os absolvem do pedido assim por acção, como por reconvenção, e paguem os Appellantes, e Appellado as custas por iguais partes em que os tondemnaõ. Lisboa 15. de Abril de 1692. Albuquerque. Brito. Vieira.

1 Hæc sententia fundata fuit in deliberationibus sequentibus.

Factum hujus processus solita veritate refert Doctissimus Patronos in sua aurea præoratione, quod nobis ob temporis angustias iterum referre non licebit, igitur certa ab incertis separando, illustris inter illustres est quæstio, utrum scilicet, ad successionem maioratus inter transversales, qui de sanguine instituentis non sunt admittatur repræsentatio, vel maioratus successio deferatur, virtute gradus proximitatis, nam admilla repræsentatione bonum jus Actori favet: at verò si proximitas gradus tantum attenditur Reus meliorem causam habet.

2 Quod quæstio inter transversales

agitetur, inconfesso est, quia neque Actor, neque Reus, & istius sororem opponentem, ab institutrice descendere patet ex certitudinibus; quo supposito in præsentī casu locum non habere repræsentationem, tam ex dispositione juris, quam ex voluntate testatricis, firmo pede judicamus; Et relicta illa communi³ regula, nempe quod in maioratibus semper proximior in gradu succedit juxta text. in L. pæclo §. fratre text. in L. cum ita §. fideicommissio, text. in L. pronuntiatio ff. de legat. 2. tradunt Fusar. de substit. q. 484. n. 1. Rox. de incompat. p. 4. cap. 1. n. 85. Gam. decis. 7. n. 1. & decis. 203. n. 23. Cabed. p. 2. decis. 31. n. 4. Valasc. de jur. emphyt. q. 50. n. 34. Sous. in L. fæmina ff. de regul. jur. §. 1. n. 54. Barbof. ad Ord. in 4. tit. 100. Phæb. decis. 141. n. 21. & decis. 104. Reinos. observ. 26. Pinheir. de emphyt. 2. p. disput. 5. Sect. 4 §. 3. n. 28. In præsentī casu habemus legem expressam nostrorum Doctorum intelligentiam, nempe Ord. in 4. tit. 100. ad illa verba. E se os transversaes não forem descendentes do instituidor se guardará o que he disposto por direito commum. Quæ⁴ quidem verba importare exclusionem repræsentationis tenet Reinos. observ. 26. n. 3. per Auth. post fratres a 2. Cod. de legit. hered. Tiracquel in tract. de primog. q. 41. n. 4. Decius cons. 1. n. 4. idem colligitur ex dictis per Mantic. de conject. lib. 8. tit. 9. n. 4. Additionator ad eundem Reynos: ergo cum ut supra diximus tam Actor, quam Reus, & ejus soror reperiantur omnimodo transversales merito in his terminis juxta juris dispositionem repræsentatio non habet locum, & tantum juxta communem regulam supra positam proximitas gradus ad præfatam successionem attendi debet.

Alio

- 5 Alio etiam ex capite in nostro caſu ad gradus proximitatem tantum attendere debemus, quippe tam illuſtriſſimus Actor, quàm Religioſiſſimus Reus, & ejus ſoror deſcendentes dicuntur ab illo nobiliſſimo viro Dono Didaco Coutinho, ex quo inferitur quod in eadem
- 6 linea ſunt quia de linea alicujus dicuntur illi, cujus ipſe caput eſt, & ab ipſo tanquam à fonte derivantur *text. in L. pronuntiatio in ſin. ff. de verbor. ſignific. Molin. de primog. cap. 6. n. 34. Valaſc. conf. 113. n. 94. Giurb. de ſecid. §. 2. gloſ. 1. à n. 28. uſque ad n. 49.* At qui quando duo deſcendentes
- 7 ſunt in eadem linea, qui proximior eſt in gradu ſucceedere debet ut tenet *Gutier. practic. lib. 5. q. 28. n. 49. Giurb. ubi ſupra n. 25. Fontan. deciſ. 34. cum multis Molin. de primogen. lib. 3. cap. 4. n. 13. &*
- 8 *14.* & ratio eſt, quia ſucceſſio maioratus regulatur per quatuor qualitates, ſcilicet, linea, gradus, ſexus, & ætas, ut optime tenet *Card. poſt tractat. de jure acceſſend. reſponſ. 2. de præſentation. n. 36.* At qui ut ſupra diximus Actor, & reus & ejus ſoror in eadem ſunt linea: ergo juxta proximitatem gradus ſucceſſio regulari debet.
- 9 Deinde repræſentatio, fictio dicitur; ut ex ipſamet diffinitione patet, ac ita non admittitur niſi in caſibus expreſſis, & extensionem non recipit, neque ad diverſos caſus porrigitur tenet *Valaſc. de jur. emphyt. q. 50. n. 30. ad medium verſ.*
- 10 Unde. Atqui in jure expreſſum non invenitur, quod inter tranſverſales reſpectu primi inſtituentis repræſentatio admittatur, ſed imò potius cautum fuit, quod dicta repræſentatio auferatur juxta dictam *Auth. poſt fratres Cod. de leg. hered:* ergo nullo modo in noſtro caſu repræſentatio admitti poteſt.
- Pars IV.

ſentatio admitti poteſt.

Etiã ex diſpoſitione teſtatricis repræſentatio videtur excluſa, & admiſſa tantum gradus proximitas. Certum enim eſt quod teſtator excluſdere poteſt repræſentationem, ſicut & eam inducere *Menoch. conf. 115. n. 139. & lib. 4. præſumpt. 95. n. 19. in fine Mantic. de conject. lib. 8. tit. 9. n. 4. in ſin. & concludentes conjecturæ ſufficiunt ad dictam excluſionem ut tenet Caſtilho lib. 3. controverſ. cap. 19. n. 119. cum ſequentib. & à n. 182. uſque ad n. 184.*

Tres enim conjecturæ concurrunt in præſenti caſu, quæ validiſſimæ conſiderantur ad repræſentationis ſententiam, quia ita teſtatrix ſuam aperit mentem ibi: *Porque minha tenção he que em tal caſo herde o mais chegado em grao que vivo for ao tempo da morte do poſſuidor poſto que ſeja femea como dito he:* prima ergo deducitur ex vocatione proximioris ibi: *o mais chegado:* de qua teſtantur *Roland. à Vaſle conf. 68. n. 33. Menoch. conf. 169. n. 49. Petr. de fideicommiſſ. q. 11. n. 110. cum ſequentib. Mantic. de conject. lib. 8. tit. 9. n. 10. Peregrin. conf. 63. n. 21. lib. 2. Secunda conjectura deducitur ex illis verbis ibi: *o mais chegado em grao:* quæ important clauſulam ſalva gradus prerogativa, de qua loquuntur *Paul. de Caſtr. in Auth. defunto col. 1. verſ. Sed Jacobus Cod. ad Tert. Paris. conf. 30. 58. Menoch. conf. 124. n. 85. Mantic. d. lib. 8. tit. 9. n. 9. Molin. de primogen. cap. 8. n. 16. Valaſc. de jur. emphyt. q. 50. n. 37. Milan. deciſ. 8. n. 209.* Tertia conjectura conſideratur ex illis verbis ibi: *que vivo for ao tempo da morte do inſtituidor:* ex quibus inferitur teſtatricem ſuperſtitem vocare, & excluſdere repræſentationem diſcri-*

bunt *Paris. conf. 37. n. 50. Matie. d. lib. 8. tit. 9. n. 5. Molin. d. lib. 3. cap. 8. n. 5. Peregr. d. 10. Menoch. d. conj. 124. n. 95. q. 11. n. Nat. conf. 551. n. 28. lib. 3.*

13 Et quanvis illa prima conjectura non sufficiat ad representationem excludendam ex dictis per *Molin. d. lib. 3. cap. 8. n. 11. vers. hæc autem, & semper intelligendum sit quod succedat proximior mediante representatione, quippe dicta clausula non respicit personam, sed successionem tenet Avendanb. in L. Tauri 40. glos. 20. n. 21. & bene colligitur ex nostra lege in 4. tit. 100. §. 2. ubi semper ultimo possessori proximior præferre debet: ergo si ex prædicta clausula sublata esset representatio, inutilis, & ferè correctâ maneret dispositio ejusdem legis in principio.*

Attamen in præsentî casu duplici ex capite dictam clausulam excludere representationem affirmamus. Primò quia illa clausula succedat

14 proximior non tollit representationem quando sumus in casu, in quo representatio dari potest, atqui in nostro casu representatio admitti nequit, quia ut supra diximus, quæstio inter transversales respectu institutricis agitur; ergo per dictam clausulam testatrix tantum magis suam mentem aperire voluit ad representationis exclusionem; præter allegatos tenent *Alexand. conf. 82. col. ultim. Peregr. conf. 46. n. 18. lib. 2. Mars conf. 3. n. 3. Rim. jun. conf. 75. n. 18. lib. 1. Cephal. conf. 6. n. 32. Decian. conf. 9. n. 42.*

15 Secundo quia tum clausula succedat proximior, representationem non excludit quando simpliciter apponitur, at vero quando ei adijcitur quòd succedat proximior, qui superstes fuerit tempore mortis ulti-

mi possessoris, tunc enim non est locus representationi latissimi tenet *Carvalh. inclement. plures de jure patron. mihi n. 156. Valasc. de justissima nostri Regni acclamatione 2. p. punct. 1. §. 4. n. 116. Præceptor Cutha in L. cum ita §. in fideicommissio ff. de leg. 2. Castilb. controvers. cap. 19. de representation. n. 337.*

16 Ulterius supposita clausula succedat proximior, seu apposita clausula gradus prerogativa non esse locus representationi tenet cum multis *Doctorib. noster doctissimus Valasc. de jur. emphyt. q. 50. n. 36. & 37. & hanc esse magis propriam interpretationem mentis testantis affirmat ergo recte concludimus quod etiam de voluntate disponentis representatio censetur exclusâ; sicut ex dispositione legis, ac per consequens minus bene agit illustrissimus Actor, quippe succedere nequit, non virtute representationis, quia sumus in transversalibus respectu institutricis, non ratione melioris lineæ, quia in eadem met lineâ consideratur, ut supra probavimus cum Religiosissimo Reo, & ejus sorore, quibus suppositis, neque sexus attenditur, neque ætas consideratur. Succumbat ergo illustrissimus Actor.*

17 Restat denique investigare an soror Religiosissimi Rei eum excludat, quia tunc excludere Actorem proculdubio est juxta illam regulam si vinco Vincentem te, à fortiori vincam te, & quanvis Religiosissimus Reus habeat in sui favorem illam testatricis dispositionem, nempe, quòd in parigradu, masculus succedat ut patet, attamen invenitur Monachus, 18 qui omnia, quæ acquirit monasterio acquirit, & quanvis monasterium si est capax bonorum in vita Monachi succedere potest ex dictis per *Molin. de primog. lib. 1. cap. 13.*

n. 7. *Fragos. de regimin. Respublic. p. 3. lib. 9. §. 3. n. 6. Portug. de donat. reg. lib. 1. tom. 1. prælud. 2. §. 2. n. 134. Rox. de incompat. p. 6. cap. 4. n. 97.* hoc procedere dicitur quando non adjicitur illa clauſula delationis cognominis & armorum juxta ſupra rellatos Doctores.

Plane in noſtro caſu teſtatrix jubet quod ſucceſſor maioratus portet arma familiæ *dos Barrigas*, cognomenque eorum conſeruet, et denique annexet aliquod prædium maioratui, ut patet, merito Religioſiſſimus Reus ſuccedere nequit.

19 Et ratio eſt, quia principalis inſtitutorum finis eſt ſplendorem ſuæ familiæ conſervare, ſuamque memoriam perpetuare, et nomen ſuum extendere quod in bonum Reipublicæ eſt, ut colligitur ut ex *Ord. in 4. tit. 100. §. 5.* præcipue quando inſtitutor perſona nobilis invenitur, ut in noſtro caſu in terminis tenet *Caſtilh. lib. 3. cap. 12. n. 80.* quæ omnia minime ſeu multum improprie conſervatur quando nomine Monachi monaſterium ſuccedit, dummodo corpus fictum dicitur, et omnino extraneum à ſanguine inſtituentis. Neque dici poteſt quod tunc non attenditur monaſterium, ſed ipſe monachus, qui memoriam teſtantis conſiderat, et de ejus ſanguine dicitur, quia hoc improprie conſideratur. Denique monachus per illa tria vota minimè acquirere poteſt, neque per momentum ſuccedit, ſed illico maioratus in monaſterium tranſit *text. in L. placet*

20 *79. ff. de acquir. hered.* Monachus enim, et ſervus ad hunc effectum æquiparantur *Ægid. ad text. in L. ex hoc jur. 2. p. cap. 4. n. 1. ff. de juſt.*

21 *& jur.* ergo ſi monachus habere nequit maioratum, multo fortius monaſterium non poterit, quia tanquam corpus fictum neque de ſan-

Pars IV.

guine, neque de familia inſtituentis dicitur, quod requiritur ad ſuccedendum, hoc enim procedit quando ſimpliciter maioratus fuit inſtitutus: ergo multo fortius quando prædictæ clauſulæ inſtitutioni adjiciuntur, ut tenet *Molin. de primog. lib. 1. cap. 13. à 91. uſque ad n. 95. Caſtilh. lib. 3. d. cap. 12. à n. 54. & tom. 6. cap. 162. n. 23. cum multis Olea de ceſſione juris tit. 3. q. n. 28. optime Barbos. in Auth. ingreſſi n. 14. Mend. in prax. 1. p. cap. 15. n. 15. judicatum refert Peg. aliàs doctiſſimus maior cap. 18. per totum.* Ex quibus à ſucceſſione maioratus tam illuſtriſſimum Actorem, quam Religioſiſſimum Reum excludimus, et opponentem admittimus confirmato ſic, et revocato meritiffimo Judice. Ulyſſipone 7. menſis Octobris anno Domini 1690.

Cunha.

Actorem; et tertiam, quæ ſe oppoſuit hujus maioratus ſucceſſioni, à judicio repellirem, utpote ſine actione agentes ex regula *text. in L. ſi pupilli 6. §. videamus ff. negot. geſtis Barb. in collectan. text. in L. ubi pactum 40. Cod. de tranſact. n. fin.*

Quod prædicti actione careant mihi clare pateſcit, ex libello, et inſtitutione, et eſt in confeſſo maioratum fuiſſe inſtitutum à Margariſta Landini Petri Barriga uxore, ad vinculumque prius invitaffe filium utriuſque natu maiorem, ejuſque decedentes illis deficientibus tranſverſales poſſeſſoris ultimi ex filii prædicti generatione vocaſſet, ut patet, utique non controvertitur illum filium primogenitum ſucceſſionem fuiſſe ingreſſum, ejuſque lineam morte ultimi poſſeſſoris Petri extinctam permanſiſſe, & ideo noſtri litigantes ut hujus tranſverſales circa hanc contendunt ſucceſſionis,

Bbbb ij

24 sionem, sed inciviliter; nam ut transversalis admittatur ad maioratum non sufficit agnatum esse ultimi possessoris sine liberis decedentis, nisi simul sit de sanguine institutoris, ex *Ord. in 4. tit. 100. §. 2.* Additio ad *Gam. decis. 7. ad fin. vers.* ultimi casus *Molin. de primogen. lib. 3. cap. 9. n. 2.* & est in controversum. Plane nostri litigantes quanvis ultimo possessori agnati sint, de instituentis tamen sanguine non sunt, cum non à Margarita, sed Petro ejus viro cognationem cum ultimo possessore dirivent, ut ex libello, & aliis articulis detegitur, igitur ut institutricis extranei, quanvis ultimi possessoris agnati admitti ad maioratum non possunt, eisque ad intentum

25 deficit actio.

Dices prædicta procedere regulariter quando contrarium non constat de mente institutoris, aut expressa, aut conjecturata. In præsentibus autem duplicem adesse conjecturam concludentem, prædictam Margaritam ab illa regula recedere voluisse; primò quia institutione non præscripsit suos agnatos, ceu cognatos esse admitendos, sed tantum illos invitasse, qui talis filij essent, cum de filii generatione, seu sanguine fuissent ibi: *transversal mais chegado ao ultimo possuidor pela geraçãõ do dito meu filho.*

26 Plane nostri litigantes de illius filij sanguine esse videntur, cum ejus patri conjuncti sint, quanvis respectu instituentis extranei, igitur videbatur verba institutionis nostros prætensores non excludere, imò admittere, nec mens testatricis refragatur cum decrevisset maioratus possessores in omni casu, & quocumque modo successuros, sui mariti insignis, & cognomine uti debere, igitur sui viri agnatos potius, quam suos contemplasse vide-

tur nihil enim impedit quominus 27 quis maioratum instituere possit alienæ familiæ contemplatione ex his quæ *Molin. de primogen. lib. 1. cap. 4. n. 42. in fin. cum sequenti.* His tamen non obstantibus hujus maioratus delationem litigantibus de negarem; et in primis verba institutionis non obstant, nam illa verba: *da 28 geraçãõ do dito seu filho:* generalia sunt, et comprehendere possunt, filio conjunctos ex cognatione patris, aut excognitione matris. Plane dispositio generica recipit interpretationem à jure, et consuetudine, atque rei de qua agitur natura ut ex *Barthol. tenet Molin. de primogen. lib. 1. cap. 3. n. 3.* Plane secundum jus solum admittuntur transversales ultimi possessoris, si de sanguine institutoris sunt, et indubio incredibile est patrem familias de transversalibus extraneis cogitasse, nec aliud suadet usus, et consuetudo patris familias maioratum instituentis, nec maioratus natura, ut quotidie experimur, igitur verba prædicta necessario intelligi debent de conjunctis filio ex parte, seu sanguine matris instituentis, non vero patris.

Non obstat tandem illa conjectura, 29 quæ in favorem nostrum prætensores deduci videtur ex illo gravamine possessoribus iuncto ferendi, & utendi armis, & insignis mariti, quod quidem maximè concludit ut intelligamus familiam viri nostram testatricem contemplasse ex *Molin. d. lib. 1. cap. 4. n. 43.* Quia in præsentibus testatrix maioratum non instituit in familia viri, & ita extranea, sed in filio suo, ejusque descendantibus, & ultimo possessori transversalibus ex sanguine filii sui, & quanvis iste filius matri & patri communis esset, tamen dispositio matris loquens de filio suo, ejusque transversalibus, non totum filium

filium comprehendit, nec eius tranſverſales omnes, ſed ſolum reſpicit filium pro ea parte, qua ſuus eſt, quemadmodum ſi quis leget rem ſuam; quæ aliàs ſibi cum alio communis eſt, hæc diſpoſitio reſtringitur ad rem; & eam reſpicit quatenus ſua eſt *L. 5. §. ultim. ff. leg. 1. meum nanque, aut ſuum rectè dicitur quod pro parte eſt L. in re comun. 26. ff. ſervit prædiorum L. ſi quis 74. ff. leg. 3.* ubi ſervi communes ſui rectè dicuntur, ita ſimiliter noſtra teſtatatrix loquens de tranſverſalibus ex generatione filii, intellexiſſe, neceſſario dicendum eſt, de tranſverſalibus filii, quatenus filii ſui ſunt, & eam attingunt, & licet in prædicto gravamine viri memoriam attendiſſet, eamque in maioratus poſſeſſoribus conſervari deſideraret, non tantum ad hunc effectum viri parentelam contemplant, ſed tantum ſuorum filiorum, eorumque deſcendentiam, & tranſverſalium, & ideo in omnium deſſectum, cognatos, ſeu agnatos viri non vocavit, ſed ob maioratus deſideratam perpetuitatem ad electionem recurrit, electumque gravat ad viri arma, & inſignia ferenda, & ita cum ex voluntate teſtatricis illud onus per extraneos ferri, & adimplere poſſit, mihi perſuaderi non potui, ex illo gravamine cenſeri mariti tranſverſales vocatos, & cum quaſtio voluntatis ſit, ut plurimum à noſtro pendet arbitrio eius deſiſio, ex *text. in L. voluntatis Cod. de fideicommiſſ.* Igitur cum deſiciente actione in Actoribus, Reus neceſſario ſit abſolvendus, quin eius jus attendamus, ei nanque ad deſenſionem ſufficit illa vulgaris allegatio, dote non loquitur ſubſtitutio, & quo ad te liberæ ædes habeo; quare ſententiam revoco, quatenus Reum legitimum adminiſtratorem decer-

nit, eam tantum confirmo, quatenus Reum abſolvit. Ulyſſipone 19. Decembris 1690.

D. Vieira.

Cum primo ſapientiffimo, & colendiffimo domino in omnibus indubitanter convenio, nam vero teſtatatrix in ſucceſſione, de qua agitur, expreſſe repræſentationem excludit ut ibi: *O tranſverſal mais chegado ao dito poſſuidor*: proximior enim vocato non admittitur repræſentatio, ſed conſanguineus proximior ultimo poſſeſſori ſuccedit *Valaſc. de jur. emphyt. q. 50. n. 36.* quod conſtanter procedit quando proximior vocatur cum relatione ad tempus mortis ultimi poſſidentis, cum *Carvalh. Valaſc. & aliis dicit Addit. ad Reynof. obſerv. 25. ad n. 3.* Igitur à primo domino prænotatis admitti debet opponens proximior ultimo poſſeſſori capellæ excluſo Actore, & Reo Religioſo, qui ſuo nomine ſuccedere non poteſt, cum quid acquirit monaſterio acquirit, & eius ſuccedit monaſterium incapax armorum, & nominis oneris ſucceſſori impoſiti.

Licet neutra harum partium ſit de parentela inſtitutricis, & regulariter ſuccedens conſanguineus inſtitutoris requiratur ex *Ord. lib. 4. tit. 100. §. 2.* Attamen in præſentiarum ad ſucceſſionem capellæ contentio- nis conſanguinei inſtitutricis non concurrunt, ſed tranſverſales conſanguinei Petri ultimi poſſeſſoris ex latere patris, qui expreſſe, & repetitive vocati inveniuntur ut ibi: *a ſeus parentes tranſverſaes*: & ibi: *pela geração do dito meu filho*: et ibi: *e não havendo d' poſſuidor deſcendentes, nem tranſverſaes alguns*: et ibi: *ficandolhe algum herdeiro*: et melius ibi: *por outro qualquer parentesco*: Itaque teſtatatrix non curavit de cognatione ſua, ſed de conſanguineis

neis ejus filiorum non ex latere patris, et ejus familiae, et nominis conservatione, ita manifeste apparet ibi: *todos se chamarão Barrigas, e tragaõ as armas da dita geraçãõ*: quod fulsitur, quia existente fratre et in simul testamentario ipsiusmet institutricis, nec de eo, nec de ejus successione aliquid in tota serie institutionis cogitavit, sed simpliciter de cognatis, vel hæredibus suorum filiorum, & in illorum defectu de omnino extraneis etiam non hæredibus. Unde evidenter apparet alienam posteritati suæ propriae ante posuisse, ut in terminis nostri casus resolvit *Gam. decis. 206. n. 24. cum sequentibus*; mens nanque fundatorum maioratus est attendendum, nec ab ea discedatur ex *Ord. d. tit. 100. §. 3. limitativo duorum casuum §. 2. Valasc. cons. 116. n. 5. Maced. decis. 16. n. 2.* non solum in clara, sed etiam in interpretativa dispositione *L. hæredes mei §. 1. ff. ad Trebelian.* Ita teneo opponenti actionem competere, in confirmationem, & revocationem judicati. Ulyssipone Aprilis 15. anno 1691.

Matozo.

Placitum doctissimi, & amantissimi domini mei secundo loco deliberantis amplector, omne enim tulit punctum, & nihil substantiale prætermisit. Ulyssipone 11. Januarii 1692.

Britto.

37 In hoc opinionum conflictu, litem dirimere munus me cogit, quod quidem periculosum est siquidem ab utraque parte fortiora urgent fundamenta, ut ex eleganter deliberatis concludenter ostenditur, quapropter magis ut munus adimpleam, quam ut discordias tollam arbitrium interpono, sed priusquam illud palam fiet, aliqua declarare oportet.

38 In primis venit declarandum,

quod voluntatis interpretatio nihil aliud est, quam sentum alioquin latentem, & verbis non bene expressum ex ratione legis depromere, ex his quæ *Menoch. de arbitr. q. 73. n. 17. Giurb. ad consuetudin. Senat. Messan. cap. 2. gloss. 1. p. 1. n. 5.* & hinc provenit, quod interpretatio semper ea assumenda est per quam legum correctio evitetur ex *text. in L. præcipimus Cod. de appellat. L. sancimus Cod. de testament.* sed sic est, quod si in terminis de quibus agimus admittentur consanguinei ultimi possessoris absque eo quod provenisset à sanguine institutricis, interpretatio sumebatur contra dispositionem legis, ut jurisprudentissime ostendit sapientissimus dominus secundo loco deliberans: ergo ne hoc dicatur, consentaneum erit affirmare agentium intentionem corrumpere.

Eo vel maximè, quia si rectè institutio³⁹ verba perpendantur, implicat, quod hujusmodi inclusionis interpretatio admittatur, nam prout deducitur ex institutione, institutrix ad successionem invitavit descendentes legitimos, & transversales, & in illorum defectum ultimo possessori facultatem nominationis concessit, eo etiam addito, quod si nominatio defecisset, quod maioratus successio devolveretur ad hæredem institutum, seu ad hæredem ab intestato, ex quacumque alia consanguinitate, ut potest ex verbis institutionis ibi: *E sendo caso que não nomee o tal possuidor, que não tiver herdeiros como dito he ficando-lhe algum herdeiro a que elle deixar sua fazenda por seu testamento, ou lha herdasse abintestado por outro qualquer parentesco, em tal caso será havido por nomeado o tal herdeiro*: ex quibus verbis jam manifeste ostenditur implicancia, nam filiorum

filiorum consanguinei solum cum eis consanguinitatem habere possunt habito respectu aut ad patrem, aut ad matrem; si enim consanguinei patris jam erant per institutricem invitati in defectum descendendum legitimorum prout tenent sapientissimi domini opinionis contrariæ, ad quos consanguineos referri possunt verba huc usque relata ibi: *Porqualquer outro parentesco*: igitur ad hoc ut implicancia omnis evitetur, & juris dispositio ad terminos reducatur necessario faciendum erit institutricem in principio loquutam fuisse de consanguineis ab ea provenientius, postea vero in illorum defectum prout etiam nominationis de consanguineis ex parte mariti, siquidem alij considerari nequeunt, hoc enim modo dispositio ad concordiam reducitur, & juris dispositio ad un-

quem observatur. Nec in jure novum est quod clausula una in institutione adjecta, quod per aliam ⁴⁰ declaretur, *ex text. in L. utrum ff. de petit. hered. L. quem admodum §. hæc verba ff. ad L. acquil. Gam. decis. 206. n. 11. Valasc. cons. 27. n. 7. in fin.* & si per declarationem ⁴¹ ad concordiam reduci non possunt clausulæ repugnantes potius secundum dispositionem juris ultimæ clausulæ statur, ex his quæ *Gam. decis. 50. n. 3. Gabr. Pereira decis. 21. n. 6. & 7. & decis. 48. n. 7.* ac ita cum in terminis de quibus agimus, concordia consequatur per interpretationem jam supra declaratam, optimo jure dici debet agentibus actionem non competere, sic cum secundo, & quarto sapientissimis dominis sententia revocata Ulyssipone die 8. Aprilis anni 1692.

Albuquerque.

LAUS DEO.





INDEX C O P I O S U S. OMNIUM, SIVE NOTABILIORUM.

Conclusionum, seu sententiarum quæ in hoc quarto Tomo
maioratum adducantur.

*Prior numeros denotat Capitulum, secundus si fortasse est Pagi-
nam, tertius autem, Numerum marginalem indicat.*

A

Actio.

Actio reivenditionis, competit
actori contra reum detinentem
rem emphyteuticam §. 1. p. 18.
column. 1. vers. quoad.

Actio petendi, præscripta est spatio 30.
annorum p. 23. column. 2. in fine verl.
quoad.

Deficiente probatione dominii, deficit
& necesse actio reivenditionis §. 5. p. 45.
column. 2. verl. verum.

Maritus uti bonorum omnium mulieris,
omnes actiones potest movere §. 15. p. 130.
n. 26.

Ex defectu actionis excluditur a iudicio.
§. 17. p. 162. n. 30.

Utrunque cumulare, vetitum est. n. 31.

Actio ad interesse sola datur in emptio-
ne §. 24. p. 292. n. 5.

Abique actione, nemo in iudicio admit-
tendus est §. 25. p. 330. n. 50.

Maioratum successori actio competit ad
vindicanas res maioratus anexas a quocun-
que possessore §. 33. p. 401. n. 1.

Pars IV.

que possessore §. 33. p. 401. n. 1.

Quæquidem procedit, etiam si maiora-
tus successor hæres sit alienantis bona vin-
culata n. 2.

Ad hoc ut actionis exercitium verifice-
tur, omnino requiritur, identitatis pro-
batio, quod identice constet res alienatas
fuisse maioratum anexas n. 3.

In actione reivenditionis, quid neces-
sario probari debeat n. 14.

Actio reivenditionis uti potest ad re-
cuperandas res maioratus alienatas etiam in
maioratum per contractum instituto §. 36. p.
415. n. 4.

Nemo potest sine actione alium cogere
iudicium subire §. 44. p. 468. n. 1.

Ad hoc ut procedat reivenditionis ac-
tio debet actor dominium probare §. 47. p.
482. n. 3. Vide *Reivendicare*.

Quadriginaria præscriptio, tollit omnem,
& quamcunque actionem §. 62. p. 537. n. 9.

Agens sine actione, repellitur a iudicio
§. 64. p. 563. n. 23.

Actor.

Actore non probante, reus absolvitur.
§. 27. p. 242. n. 10.

Cccc

Actori

Actori incumbit probare fundamentum suæ intentionis, & illo non probante Reus absolvitur §. 22. p. 255. n. 8.

In iudiciis tantum consideratur jus actoris §. 25. p. 331. n. 58.

Actus.

Tria canonisant actus humanos scilicet potestas, voluntas, & modus §. 13. p. 118. n. 15.

Actus exendi non debet ultra quam gerit n. 118.

Actus semel irritus sine nova voluntate, non conualecit. §. 17. p. 166. n. 43.

Actus imperfectus qui venit ad casum quo incipere potest, necessario corrumpit. n. 44.

Actus perfectus per contractum, non potest mutari in testamento §. 18. p. 179. n. 2.

Contrarietas non datur in eodem actu §. 22. n. 62.

Actus ultra illorum intentionem non obligantur §. 36. p. 416. n. 6.

Actus binus sufficit ad inducendum consuetudinem §. 62. p. 537. n. 12. & 13.

Acurtius.

Pro opinione Acurtius in hoc nostro regno iudicandum est §. 25. p. 346. n. 106.

Agnatio.

Argumentum a ratione agnationis, est dubium, & periculosum §. 25. p. 334. n. 74.

Ut transversalis admittatur ad maioratus successionem, non sufficit agnatum esse ultimi possessoris, sine liberis decedentis, nisi simul sit de sanguine institutoris §. 65. p. 463. n. 24.

Allegatio.

Allegationes trivolas si admitantur, nullus erit finis litium §. 1. p. 3. n. 6.

Ne ergo immortales fiant. ibidem.

Allegationum multitudo, expeditionem, difficilem reddit. §. 19. p. 211. n. 2.

Alienatio.

Successor revocare potest alienationem,

post mortem alienantis §. 1. p. 18. column. 2. in fine.

Locatio ad longinquum tempus, pro alienatione reputatur n. 34.

Prohibito uno alienationis actu, prohibendus quoque est, omnis, actus ei similis, & qui eundem effectum habet p. 25. column. 1. in medio.

Alienator admittitur ad revocandam alienationem in omnibus alienationibus rerum, quæ alienari prohibita sunt §. 8. p. 65. n. 1.

Attamen prædicta regula locum non habet ad hoc ut alienatio revocetur, respectu commoditatis ad alienantem, seu alienationi consentientem in vita sua pertinentis n. 2.

Maioratus vinculum species alienationis est. §. 8. p. 74. n. 18.

Alienandi facultas quoties in emphyteusis concessione conceditur, & jam si aliæ inveniantur clausulæ quibus contrarium suaderi videatur, neque alienatio prohibetur, neque de pacto, & providentia dicitur emphyteusis n. 20.

Filius potest venire contra alienationem, a patre, vel matre factam si sit hæres tantum in legitima, & pater vel mater titulo tantum lucrativo alienare §. 16. p. 145. n. 38.

Bona libera possunt alienari, salvo onere §. 18. p. 191. n. 23.

Bona vinculata alienari possunt pro debito vinculantis contracto ante vinculi conventionem §. 19. p. 215. n. 19.

Bona maioratus quanvis per successorem alienata sint, possunt, per eundem met restaurari n. 37.

Ubicunque alienatio fit contra leges, & in publicum, vel alterius præjudicium, licitum est contrahenti impugnare proprium factum, aut contractum n. 40.

Possessor maioratus, res totaliter alienando, aut emphyteusim concedendo, aut alio quocunque modo obligando aliis successoribus præjudicare non potest §. 20. p. 230. n. 1.

Maioratus res, cum licentia regis alienari possunt §. 24. p. 291. n. 1.

Sed formas licentiæ ad unguem observari debent. n. 2.

Non impleta conditione alienatio virtute licentiæ conditionalis non tenet n. 3.

Alienari prohibita, si semel alienentur sunt in perpetuum alienabilia §. 25. p. 344. n. 97.

Si

Si in specie in institutione alienatio prohibeatur, nec etiam in vita administratoris, nec servitus ab illo in illa imposita valebit §. 31. p. 385. n. 5.

Limitatur in venditione pro debito instituentis.

Alienatio præsumitur facta, ex causa necessitatis instituentis §. 32. p. 388. n. 2.

Data facultate expressa alienandi fraus non committitur per hæredem, quia jure suo utitur alienando totum patrimonium n. 4.

Quod procedit etiam in facultate tacita, ibidem.

Alienatio ex necessitate permessa a testatore, licita est, & cessat maioratus erectio, neque vocati possunt audiri contra illam. n. 3.

Quando a testatore conceditur facultas hæredi gravato, ut pro suis necessitatibus possit fideicommissi bona alienare in dubium est, posse hæredem gravatum, necessitate urgente alienare n. 12.

Dummodo non sit data opera causa evertendi fideicommissi, tunc nanque alienatio nulla est n. 13.

Quando hæredi gravato facultas alienandi pro suis necessitatibus non conceditur data necessitate, æque alieno oppressus an valide alienari possit n. 16.

Ubi adest alienationis prohibitio, & vocatio filiorum cessat communicatio inter virum, & uxorem n. 20.

Ex alienationis prohibitione ex mente instituentis in filiorum favorem facta, fideicommissum inducitur n. 21.

In alienatione rerum ecclesiæ, quid necessario intervenire debeat §. 34. p. 411. n. 3.

Bona testatore alienari prohibita expressè prohibitionis causa alienari non possunt §. 40. p. 431. n. 13.

Hæc resolutio non procedit in alienatione necessaria n. 14.

In emphyteusi non obstante prohibitione alienationis tamen necessariæ alienationi datur locus n. 15.

Differentia inter prohibitionum alienationi favore familiæ & inter eam quæ simpliciter facta fuit nulla causa, & ratione expressa; ita ut quando fit favore familiæ inducatur maioratus n. 20. 22. & 23.

Facultas ad alienationem rerum maioratus ex diuturnitate temporis præsumitur decem annorum in negotiis modici præju-

Pars IV.

dicij, in maioratibus vero triginta §. 42. p. 449. n. 8.

Facultas ad alienationem rerum maioratus non audito immediato successore concedi solet præsertim pro securitate dotium, & arraharum illustrium personarum n. 15.

Si fideicommissarios alienaverit a familia, domum in familiam relictam potest eam successor reivindicare §. 44. p. 468. n. 2.

Quando alienationis prohibitio est perpetua valet alienatio in vita alienantis, & satis successorii providetur relinquendo ei jus ad agendum n. 4.

Alienans contra alienationem venire potest n. 14.

Admittendus non est alienans si alius adfit ad quem maioratus devolvatur ob contravenientiam n. 15.

Per solam oneris missarum impositionem res non fit in alienabilis §. 46. p. 488. n. 3.

Ex vocatione familiæ, & descendendum inducit tacitam non alienandi prohibitionem n. 13.

Hoc intelligendum quando testator voluit fideicommissum in familia conservare alias autem vulgarem substitutionem constituit n. 14.

Diuturnitas temporis præsumptionem inducit ut solemnitates requisitæ ad alienationem, habeant vim legis §. 52. p. 501. n. 4.

Alienatio facta a marito sine consensu uxoris rerum immobilium nullitate laborat, & ipsi reivindicatio competit §. 61. p. 531. n. 3.

Alimenta.

Alimenta quando debeantur, si alite contestata, si post sententiam §. 13. p. 111. n. 1.

Alii dicunt deberi in prima instantia, si pro petente pugnet, notabilis præsumptio juris. ibidem.

Et ut debeantur in prima instantia, sufficit levis præsumptio. ibidem.

Et ideo præstanda sunt usque ad finem litis ibidem col. 2.

Maxime quia in dubio satius est alere non alendum, quam alendum fame necate. ibidem.

In quasi possessione filiationis sufficit ad alimenta n. 2.

Qui alimenta provisionalia, & expensas litis deberi intentat, duo probare debet n. 4.

Si in alendo necessitas, vel in alimenta præstatur necessitas vel divitiæ crescant, alimenta augenda, vel minuenda sunt n. 7.

Qui alimenta præstare tenetur alicui, & jam ab omnibus qui ab eo alendi sunt, ea præbere tenetur n. 8.

Arbitrio judicis relinquuntur alimentorum præstatio n. 9.

Vocatus in institutione, alimenta recipienda, licet naturalis filius sit, non ideo exclusus invenitur immo admittendus est, dum alius proximior non admittitur n. 10.

Possessor maioratus non tenetur cuicam collateralium alimenta præstare p. 122. n. 23.

Obligatio alimentandi inter collaterales restringitur tantum ad fratres n. 24.

Taxatio alimentorum debet minui, vel augeri per judicem prout contingentia casuum acciderit n. 25.

Nemo tenetur sibi victum quartare, ut alterum alat n. 26.

Alimenta a jure naturæ, tam naturalibus quam filiis spuris debetur §. 43. p. 460. n. 11.

Allodialia.

Attenta primeva natura omnia bona allodialia præsumuntur §. 8. p. 79. n. 21.

Et omnia bona præsumuntur allodialia §. 21. p. 235. n. 3. 5. 9. & §. 33. p. 401. n. 5.

Nisi scriptura maioratus ostendatur §. 62. p. 538. n. 21.

Per transcursum decennii bona uti allodialia possessa, talia præsumuntur n. 4.

Annus.

Annorum computatio quomodo facienda est §. 1. p. 6. n. 9.

Experientia docet, neminem nostris temporibus attingere ad centesimum annum §. 22. 261. n. 30.

Annus cæptus, pro completo non habetur §. 26. p. 353. n. 2.

Sed aliquando annus incohatus pro completo habetur. ibidem.

Unusquisque præsumitur vivere, usque ad centum annos §. 57. p. 515. n. 1. & 4.

Hodie solum ad septuaginta annos vivere præsumitur n. 4.

Appellatio.

Casus appellationis, & supplicationis

æquiparatur remedio revisionis §. 15. p. 128. n. 5.

Appellatione filiorum veniunt naturales §. 12. n. 11.

Appellatione hæredum comprehenduntur non solum hæredes sanguinis sed etiam extranei §. 39. p. 420. n. 1.

Nepotes appellatione filiorum continentur §. 63. p. 548. n. 4.

Contrarium n. 6.

Arbitrer.

Unusquisque est arbitrer, & moderator rei suæ §. 22. p. 254. n. 2.

Argumentum.

De maiori ad minus valet argumentum §. 22. p. 260. n. 27.

Argumentum a ratione agnationis, est dubium & periculolum §. 25. p. 334. n. 74.

Arræ.

Arræ debent reservari, & remuneratio in arris consideratur, ob amissam pudicitiam §. 18. p. 205. n. 73.

Facultas ad alienationem rerum maioratus non audito immediato successore concedi solet præsertim pro securitate dotium, & arraharum illustrium personarum §. 42. p. 454. n. 15.

B

Bartholus.

Bartholi oppiniones quæ non sunt communiter reprobata, sequi debent in judicando, & consulendo de nostro jure regni §. 18. p. 205. n. 77.

Bona.

Bona censuaria sunt libera, & consequenter uniri possunt in vinculum §. 8. p. 67. n. 4.

Bona emphyteutica perpetua possunt subijci vinculo Capellæ absque domini consensu §. 5.

De bonis emphyteuticis, uou potest institui maioratus n. 9. 12. 25. 27.

Vetitum

Vetium est ecclesiis bona immobilia possidere, seu administrare, ultra spatium anni n. 11.

Attenta primeva natura omnia bona allodialia præsumuntur n. 21.

In omni dispositione appellatione bonorum, seu partis bonorum indefinite veniunt omnia bona, adeo ut & jura, actiones §. 16. pag. 146. num. 41.

Et venit etiam debitum incertum, & conditionale n. 42.

Bona hæreditaria, fructibus augentur n. 49.

Bona libera possunt alienari, salvo onere §. 18. p. 191. n. 23.

Bona semper præsumuntur libera, & alienabilia n. 44.

Bona vinculata alienari possunt pro debito vinculantis contracto, ante vinculi conventionem §. 19. p. 215. n. 19.

Omnia bona allodialia censetur §. 21. p. 236. n. 3. 5. 9.

Bona indivisa transiens spatium 40. annorum per administratores etiam si scriptura non exhibeatur, naturam, & qualitatem maioratus tenent n. 4 & 7.

Bona libera efficiuntur si filiis existentibus, expiret substitutio §. 23. p. 289. n. 4.

Causa finalis vendendi bona hæreditaria, est inopia ac egestas §. 32. p. 390. n. 7.

Monialis nec de consensu de prælatorum Summo Pontifici inferiorum bona immobilia possidere valet §. 34. p. 412. n. 5.

Quavis in bonis mobilibus non constituitur maioratus tamen in eius æstimatione recte consistere potest §. 56. p. 413. n. 408.

Omnia bona præsumuntur libera & non subjecta vinculo maioratus §. 62. p. 535. n. 1.

Nisi scriptura maioratus ostendatur n. 21.

Per transcursum decennii bona uti allodialia possessa talia præsumuntur n. 4.

Bona allodialia præsumuntur dum legitimo instrumento non probatur vinculum n. 22.

Omnis interpretatio fit ut bona non dicantur vinculata n. 23.

Bona si possideantur per spatium 40. annorum, & sine divisione transeant per duos administratores, sufficit ut deinceps possideantur & præsumantur ut talia, & assumant illam qualitatem n. 26.

Bona Capellæ seu maioratus ad unum tantum, & indivisa pertinent n. 27.

C

Capella.

Verbum Capella quid importet n. 17. & 18.

Differentia inter maioratum, & Capellam n. 19.

In Capella versatur eadem ratio quæ in maioratibus, cum sive Capella, sive maioratus sit institutus, semper fideicommissum perpetuum datur §. 29. p. 366. n. 6.

Credendum non est testatorem, qui perpetuitatem Capellæ contempavit, illius augmentum non considerasse n. 11.

In Capellis & maioratibus, idem jus observatur n. 30.

Capella pium respicit, maioratus profanum. ibidem.

In Capellis potest institutor jubere, ut successores utentur aliquo cognomine n. 31.

Causa.

Causa in suprema Curia decisa non debet iterum in disputationem deduci §. 26. p. 334. n. 70.

Et non solum super specificè decisis, sed etiam in similibus earum decisione. ibidem.

Charitas.

Charitas bene ordinata a se ipso incipit §. 10. p. 98. n. 3.

Cessio.

Cessio facta per fratrem seniore potest habere locum, post matrimonium §. 36. p. 417. n. 9.

Cessio maioratus in extraneum fieri valet quoad commoditates in vita cedentis percipiendas sine successoris præjudicio §. 63. p. 542. n. 37.

Chyrographus.

Chyrographus privatus nihil probat ad prælationem §. 64. p. 556. n. 13.

Consus.

Terminus exaratus in libro monasterii, non est sufficiens ad probandum jus ac possessionem

lessionem census §. 5. p. 43. n. 1.

Possessor prædii censuarii, recte convenitur, non præhabita executione, eo quod constitutio census super fundo, non manet in terminis hypothecæ, quæ de se habet, ut prius executiatur principalis debitor, quam possessor hypothecæ sed transit in onus reale, quod rem sequitur, quocumque vadat §. 6. p. 53. n. 1.

De jure indubitatum est agi pro pensionibus, contra tertium possessorem n. 2.

Sufficit possidere fundum unum censuarium, vel partem illius, ut in solidum teneatur. ibidem.

Qui tenentur solvere census præscribere non possunt immo cum malafide conscientias gravatas habebunt p. 57. column. 1. in princip.

Venditor tenetur prætium restituere cum quo census in fundo obligato subsistere non potest n. 6.

Census & personalis obligatio ad hæredes venditoris transit p. 60. vers. 1.

Bona censualia sunt libera, & consequenter uniri possunt in vinculum §. 7. p. 67. n. 4.

Census non est res quæ censui subjicitur, sed jus aliquod percipiendi §. 22. p. 283. n. 83.

Certioratio.

Certioratio fidem non facit absque juramento §. 22. p. 272. n. 67.

Certioratio inventarii, contra tertium non habentem causam ab ipso institutore non probat §. 33. p. 499. column. 1. vers. non.

Citatio.

Citatio in causis majoratus mulieri debet fieri §. 15. p. 129. n. 13.

Deficiente uxoris, aut mariti citatione, sententia est nulla n. 18. & 32.

Requiritur enim citatio partium de jure naturali, divino, gentium, Canonico, & Civili n. 8.

Ad revisiones concessionem, requiritur citatio n. 9.

Et post concessionem n. 10.

Si revisio est petita in causa rerum immobilium citatio viri & uxoris requiritur n. 12.

Et etiam in instantia appellationis n. 14.

Pariterque in executione n. 15.

Nullitas proveniens, excitationis defectu, nunquam censetur exclusiva n. 19.

Sententia absque citatione uxoris est nulla n. 20.

Citationis defectu in revisionis causa non potest suppleri n. 22. & 24.

Et si non citatur uxor, non præjudicat ei sententia lata contra maritum n. 26.

Nullitates ex defectu citationis, mandati, aut jurisdictionis, non possunt suppleri n. 33.

Clausula.

Clausula unæ, per aliam explicantur, & sequentia, declarant præcedentia §. 18. p. 200. n. 48.

Clausula omni mel. jur. appositæ in libello operatur ut libellus sustineatur eomodo, quo melius de jure potest §. 19. p. 212. n. 5.

Clausula reservationis usufructus traditionem, & dominii translationem inducit n. 43.

Clausula circa exclusionem religionis §. 22. p. 256. n. 25.

Clausula posita in fine dispositionis ad omnia præcedentia referri debet n. 29.

Qualitas, & conditio posita in clausula separata a præcedentibus, & sequentibus, refertur ad omnia quando nulla extat ratio quare referri debeat ad unum, quam alterum n. 34.

Clausula geminata clarissimam institutoris voluntatem ostendunt n. 40.

Clausula posita in secunda substitutione collateralium, ad primam extendi non debet n. 41.

Clausula quantumcunque generalis opposita in ultimo capitulo seu gradu non refertur ad præcedentem clausulam habentem specialem provisionem n. 42.

Clausula excludens Monachos, reputatur inniqua n. 44.

Clausula exclusiva a successione majoratus tanquam odiosa non potest extendi ad calum de quo expresse non loquitur n. 73.

Clausula posita in fine, & post omnes dispositiones ad omnes illas refertur p. 229. n. 48.

Clausula irregularitatis quoniam exorbitans, & irrationabilis adversus fœminas judicatur non inducitur, nisi clarissime exprimatur n. 75.

Et ad odium non augenda est dicta clausula, sed potius restringenda, ibidem.

Institutor

Institutor potest opponere quascunque clausulas dummodo non legibus sint contrariae §. 27. p. 355. n. 1.

Nec potest alterare & mutare clausulas quas opposuit post maioratam institutum irrevocabilem in praesudium vocatorum n. 2. 7.

Clausula in institutionibus opposita quod successor teneatur anexare tertiam, aut tertiam tertiam, est valida, & executioni mandanda est §. 28. p. 360. n. 1.

Clausula supressa quae gratiam difficilem reddere potest declarari debet §. 42. p. 447. n. 2.

In emphyteusim concedi non possunt res maioratus n. 6.

Facultas ad alienationem rerum maioratus ex diuturnitate temporis praesumitur 30. annorum in negotiis modici praesudicii in maioratibus vero triginta n. 7.

Clausula denegans hypothecam nullam, & omnino inutilem reddit hypothecam n. 10.

Una clausula in institutione adjecta per aliam declaratur §. 65. p. 567. n. 40.

Et si per declarationem ad concordiam reduci non possunt clausulae repugnantem, potius secundum dispositionem juris statuitur n. 41.

Codicillum.

Codicillo potest institui maioratus §. 1. p. 14. n. 14. & 22.

Verba codicilli non solum sunt dispositiva, & directa, sed etiam enuntiativa ibidem.

Standum est codicillo referenti dispositionem, & institutionem maioratus in testamento de perditio factam fuisse n. 16. verum unde.

In codicillo quinque testes requiruntur cum Tabelione n. 17.

In codicillo potest dari hereditas per viam fideicommissi n. 21.

Hereditas directe in codicillis, dari, nec admi valet heredi scripto in testamento §. 19. p. 214. n. 13.

Illud quod ultra legitimam in codicillo fuit relictum dicitur praelegatum n. 14.

Concessio.

Favorabilior est concessio, quam denegatio §. 18. p. 202. n. 59.

Quia de negatio jus partis perimit, con-

cessio autem operatur iteratam cognitionem n. 60.

Conditio.

Conditio debet impleri per modum exclusionis, modus autem per modum compulsionis §. 4. p. 41. col. 2. in fin.

Alteri per alterum, non debet inniqua conditio inferri §. 19. p. 215. n. 16.

In maioratibus conservandae sunt semper conditiones §. 22. p. 263. n. 35.

Conditio si sine liberis decesserit morti tempore extantibus liberis evanescit §. 29. p. 366. n. 4.

Limitatur, & non procedit in maioratibus, siue primogeniis n. 5.

Deficiente conditione, fideicommissum evanescit n. 12.

In iure differentia est inter conditionem modalem, & conditionalem §. 42. p. 448. n. 3.

Alteri per alterum, non debet iniqua conditio inferri n. 13.

Legatum factum aliqui puellae pro dote, vel in tempus nuptiarum est conditionale §. 43. p. 458. n. 1.

Legatum sub pluribus & diversis conditionibus relictum, non omnibus, sed novissimae parendum est n. 3.

Legatum non debetur ei qui non adimplevit conditionem n. 7.

A conditionis forma expressa, recedere non licet n. 12.

Conditio nuptiarum debet adimpleri per actum, & rem ipsam & non sufficit per habitum, & potentiam n. 13.

Ex tacita & praesumpta voluntate testatoris repetita censetur conditio, sicut expressa n. 14.

Ante tempus conditionis solutio fieri non debet, sine consensu debitoris, cui ex illa praesudium inferitur n. 18.

Conditio posita in primo legato, etiam censetur repetita in secundo n. 22.

Contrarium n. 33.

Conditio tantummodo in substitutione censetur repetita quando in institutione apposita invenitur n. 36.

Dictio quando juncta verbo futuri temporis conditionem impotat n. 6.

Purificata conditione, substitutio vires obtinet institutionis §. 56. p. 512. n. 3.

Confessio.

Confessio per se sola a possessore maioratus facta, non probat bona ad maioratum pertinere §. 8. p. 80. n. 22.

Confessio patris in testamento dicentis se esse debitorem alicujus filii, non sufficit, sed requiritur probatio veritatis §. 21. p. 243. n. 11.

Multo minus sufficit assertio patris facientis aliquem debitorem sibi n. 11.

Confessio facta in uno iudicio ad certum finem in alio non præjudicat n. 17.

Confessio opponentis in articulis, & per orationibus primæ instantiæ facit plenam probationem §. 25. p. 333. n. 67.

Confessio mariti de dote recepta non sufficit nisi aliter probetur §. 40. n. 12.

Confessio a testatore facta in testamento dotis non numeratæ sufficit ad hoc ut valeat jure legati n. 20.

Confessio confitenti tantum, & alteri præjudicare potest §. 62. p. 538. n. 19.

Confinis.

Confines faciunt demonstrationem rei deductæ §. 63. p. 550. n. 12.

Conjectura.

Nulla conjectura datur maior, quam quæ deducitur ex verbis testamenti §. 39. p. 421. n. 3.

Conjecturæ validissimæ ad representationis sententiam: vide quæ sint §. 65. p. 562. n. 14.

Conjux.

In utroque conjuge onus personale vinculi adest, & persona utrarumque in suo casu supervivente gravata censenda est §. 18. p. 181. n. 3.

Licet procedat in legato relicto proprio nomine expresso hæredis n. 4.

Ubi adest alienationis prohibitio, & vocatio filiorum cessat communicatio inter conjuges §. 32. p. 396. n. 20.

Quando donator permittit donatario liberam facultatem disponendi tempore mortis inter filios de omnibus bonis virtualiter interdixit communicationem inter conjuges n. 23.

Committere.

Quoties potestati alicujus aliquid committitur, id faciendi necessitas non imponitur §. 32. p. 394. n. 17.

Communicatio.

Ubi adest alienationis prohibitio filiorum, cessat communicatio inter conjuges §. 33. p. 396. n. 20.

Quando donator permittit donatario liberam facultatem disponendi tempore mortis inter filios de omnibus bonis virtualiter interdixit communicationem inter conjuges n. 23.

Ex conjugibus bona donari, seu alio modo acquiri possunt sub ea conditione, ut non communicentur n. 24.

Compensatio.

Compensatio donationis inter vivos nec cum debito necessario quanto magis voluntario admittitur. §. 40. p. 432. n. 19.

Consanguineus.

Legatum consanguineis relictum eis non debetur, quos consanguineos testator agnoscere noluit §. 13. p. 119. n. 22.

Quæ requiritur ad probandum consanguinitatem in inquirendis testibus §. 22. p. 1. n. 31

for Consanguineus proximior ultimo possessori maioratus succedit decedenti sine descendens §. 25. p. 325. n. 45.

Consuetudo.

A forma consueta non est recedendum §. 62. p. 537. n. 12. & 13.

Contractus.

Quomodo contractus in nominatus differat a contractu nominato §. 4. p. 40. n. 22.

Valer argumentum de ultimis voluntatibus ad contractum §. 18. p. 201. n. 50.

Sub conditione, contractus principalis perficitur post alios §. 19. p. 226. n. 45.

In contractu præmutatio nis ubi non dato dominio in præmutante censetur non esse factam §. 14. p. 291. n. 4.

Deficiente

Deficiente gabellæ solutione, contractus remanet nullus §. 43. p. 461. n. 20.

Maioratus institutus in contractu donationis nec alterari, nec revocari potest ab ipso institutore §. 56. p. 512. n. 1. & vide n. 10.

Conventio.

Conventio legem facere solet §. 1. p. 18. sub. n. 26.

D

Debitor.

Voluntarius debitor qui ab initio ex propria voluntate contraxit, postea legando potius videtur voluisse liberalitatem exercere, quam debitum solvere §. 40. p. 432. n. 18.

Hypotheca contra tertium solum prosequi potest post debitorem excusum §. 58. p. 519. n. 3.

Hæc tamen regula patitur limitationem, quando notorie est solvendo n. 4.

Debitor liberatur solvens debitum possessori qui restituendus est §. 64. p. 554. n. 6.

Debitum.

Donatarius solvere tenetur debita donantis quando alia bona non apparent §. 19. p. 212. n. 2.

Debita solvere non tenetur filius qui succedit in legitima tanquam quota bonorum, vel quota hæreditatis n. 9.

Idem debitum bis non potest solvi §. 10. p. 96. n. 1.

An successor maioratus teneatur solvere debita contracta ab instituyente post maioratus erectionem §. 30. p. 379. n. 2.

An donatarius teneatur solvere debita donantis, ibidem.

Successor maioratus in donatione ei irrevocabiliter institutus non tenetur ad æs alienum post donationem contractam n. 3.

Si in specie in institutione alienatio prohibeatur, nec etiam in vita administratoris, nec servitus ab illo in illa imposita valebit §. 31. p. 385. n. 5.

Quod limitatur in venditione, pro debito instituentis n. 6.

Et hac ratione in eis, propter instituentis

Pars IV.

debita, potest executio fieri & fortius si debitum contractum sit, ante illius institutionem n. 7.

Voluntarius debitor qui ab initio ex propria voluntate contraxit, postea legando potius videtur liberalitatem exercere, quam debitum solvere §. 40. p. 432. n. 18.

Computatio donationis inter vivos cum debito necessario quanto magis voluntario admittitur 19.

Delegatio.

Delegatio introduci non potest propter solum interesse §. 19. p. 215. n. 17.

Quia hæc non potest fieri sine stipulatione, & consensu creditoris n. 18.

Delegationis effectus non habet locum, ubi stipulatione facta, non fuit delegata n. 27.

Descendentia.

Extincta descendentia vocatorum, competit actoribus reivindicatio §. 1. p. 7. n. 10. Vide *masculos & successio.*

Dispositio.

Dispositio quando non datur clara non præsumitur, neque judicandum, sine speciali vinculo a testatore expresso §. 16. p. 150. n. 52.

Obligatio apposita in aliqua dispositione, si specialiter non declaretur, in toto disposito censetur §. 18. p. 179. n. 1.

Demonstrationis jus est, ut licet commentitia, & falsa appareat vel deficiat causa neque per hoc dispositionis substantia vertitur n. 6.

Dispositio testamentaria, observanda est adunguem n. 22.

In quacunque dispositione ea interpretatio est assumenda ex qua omnis contrarietas conquiescat n. 49.

Ord. lib. 4. tit. 46. non tollit specialem dispositionem juris communis n. 67.

Geminata dispositio maiorem voluntatem institutoris ostendit §. 22. p. 270. n. 57.

Contrarietas non datur in eodem actu, & dispositione n. 62.

In ultimis voluntatibus expressam tenemur testatoris exequi dispositionem, & juxta naturalem sensum eorum verba debent intelligi §. 28. p. 362. n. 9.

Dddd

Dispositio

Dispositio clara, pro lege observatur n. 15. *verl. unde.*

Paria sunt limitate disponere, quam vel disposita solummodo limitare n. 18.

Omnes casus excluduntur, de quibus dispositio limitata non loquitur n. 19. & 20.

Dispositio perfecta, vitiari non debet §. 41. p. 441. n. 10.

Veritati semper consulendum, ut dispositiones tutæ sint §. 41. p. 446. n. 29.

Lex itatutum pactum contrahentium, vel dispositio testatoris quando aliquid in illis prohibetur continent in se decretum irritans §. 42. p. 451. n. 11.

Quod procedit quando talis dispositio aliquid fieri prohibet nisi sub certo modo, quia tunc modus censetur de forma etiam si dispositio ultra non procederet expresse annullando si contra, vel aliter fiat n. 12.

Illud haberi debet pro disposito de quo si testator fuisset interrogatus respondisset ita se velle §. 43. p. 460. n. 16.

Ex bona ordinata dispositione mentis integritas efficaciter resultat §. 45. p. 474. n. 6.

Limitata dispositio, limitatum producit effectum §. 48. p. 488. n. 2.

Dispositio genericæ recipit interpretationem a jure, & consuetudine atque rei de qua agitur natura §. 65. p. 564. n. 28.

Siquis leget rem suam, quæ alias sibi cum alio communis est, hæc dispositio restringitur ad rem, & eam respicit quatenus sua est n. 30.

Distributio.

Distributionem, quando testator administratori commisit administrator potest filios suos ad distributionem admittere §. 28. p. 371. n. 16.

Diversitas.

Diversitas arguit diversitatem §. 63. p. 550. n. 13.

Divisio.

Vide partitiones.

Dominium.

An probetur dominium ex instrumento emphyteutico, si cum eo concurrant alia adminicula, & præsumptiones §. 1. p. 21. n. 29. *verl. neque.*

Dominium est difficilis probationis, præsumptionibus, & conjecturis probari valet. *ibi lem.*

Solutio pensionum, etiam virtute instrumenti non sat est ad probationem domini p. 22. column. 1. *verl. sed.*

Dominium, potest præscriptione longi temporis acquiri contra emphyteutam, cum titulo, & bona fide n. 30.

Non solum dominium utile, sed & directum, contra privatam personam præscribi valet spatio 30. annorum, & contra ecclesiam 40. annis.

Alienatio in longinquum tempus jure tribuit conductoribus quod utile dominium appellatur p. 24. n. 34.

Deficiente probatione domini deficit & necesse reivendicationis actio §. 5. p. 45. column. 2. *verl. unde.*

Ex additione dominium acquiritur §. 21. p. 249. n. 20.

In contractu præmutationis ubi non dato minio in præmutantem, censetur præmutationem, non esse factam §. 24. p. 291. n. 4.

Dominus putativus, dominio caret n. 6.

Dominium unius rei penes duos in solidum esse non potest n. 7.

Facultas ex falsa causa consequuta, redditur nulla n. 8.

Si agens reivendicatione, non ostenderit dominium directum & civile quod petit suum esse, absolvendus erit Reus etiam si injuste possideat §. 25. p. 330. n. 51.

Quando donator usufructum sibi reservavit, utique traditioque domini, censetur intervenisse §. 30. p. 380. n. 4.

Dominium rerum vinculo maioratus & restitutioni subjectarum statim continuatur in sequentem successorem sine traditione §. 31. p. 387. n. 15.

Contra possidentem titulo sola probatio domini admittitur §. 33. p. 409. column. 2.

Dominium rerum maioratus in ultima voluntate instituti ad successores transit sine apprehensione §. 36. p. 415. n. 3.

Ut præcedat reivendicationis actio, debet actor dominium probare §. 47. p. 482. n. 4.

Ex nova acquisitione domini de una in alteram personam, debet solvi gabella.

Per partitiones, dominium transfertur §. 62. p. 541. n. 32.

Nemo dominus præsumitur alicujus rei nisi

nisi constet de principio domini §. 63. p. 549. n. 10.

Præsumptio cum veritatem non excludat dominium in reivindicacionis actione non probat n. 17.

Virtute pignorationis, dominium appropriatur §. 64. p. 556. n. 14.

Donatarius.

Donatarius solvere tenetur debita donantis quando bona alia non apparent §. 19. p. 212. n. 4.

Quando donator permittit donatario liberam facultatem disponendi tempore mortis inter filios de omnibus bonis virtualiter interdixit communicationem inter conjuges §. 31. p. 397. n. 23.

Donatio.

Donatio non præsumitur nisi probetur §. 1. p. 17. n. 25.

Donatio remuneratoria, non est propria, & vera donatio, sed contractus onerosus §. 18. p. 194. n. 31. & 33.

Si in donatione, seu legato, non fit mentio de recompensatione, intelligitur esse ob causam factam n. 27.

Limitatur etiam reservatio bonorum n. 33. & 34.

Si donatio non habeat causam, & detur inæqualitas contrahentium, & non fiat mentio de recompensatione, intelligitur esse factam in recompensationem nobilitatis n. 57.

Donatio remuneratoria, non subicitur dispositioni n. 58.

Post contractum matrimonium, donationes fieri prohibentur n. 74.

Non sufficit confessio meritorum, in donationibus factis inter personas prohibitas ut sustineantur donationes intra meritorum æstimationem, nisi probentur merita §. 20. p. 233. n. 5.

Successor maioratus in donatione ei irrevocabiliter institutus, non tenetur ad æs alienum, post donationem contractam §. 30. p. 379. n. 3.

Quando donator usumfructum sibi reservavit utique traditio translatioque domini censetur intervenisse n. 4.

Inter sororem & fratrem donatio præsumitur ob amoris vinculum. §. 40. p. 530. n. 10.

Pars IV.

Compenlatio donationis inter vivos nec cum debito necessario, quanto magis voluntario admittitur n. 19.

In mandato quantumcunque generali demandandi autoritas non continetur §. 44. p. 469. n. 8.

Maioratus institutus in contractu donationis, nec revocari, nec alterari potest ab iplo institutore §. 56. p. 512. n. 1.

Per viam regulæ donatio omnium bonorum est valida §. 60. p. 524. n. 3.

Limitatur in donatione omnium bonorum mobilium, & immobilium n. 4.

Dos.

Traditio facta in executione contractus dotis, intelligi debet sub omnibus clausulis contentis in scriptura ejusdem dotis §. 4. p. 39. n. 20.

Post decenium, non datur quærela dotis non numeratæ p. 19. §. 1. vers. quoad.

Dos & arræ veniunt titulo oneroso, & non lucrativo §. 18. p. 192. n. 26. per totum.

Causa dotis dicitur onerosa quantum ad maritum n. 54. 55. 61. & 62.

Post solum matrimonium nec dos nec onera considerantur n. 63. & 64.

Ratio inæqualitatis, seu illius remuneratio si non exprimitur in contractu dotali potius liberalitas, quam remuneratio præsumenda est n. 70.

Quoties enim ad jus quod lex naturæ eis tribuit de dote actio reddit, non fit causa dotis deterior, sed formæ suæ reddetur 25. p. 332. n. 64.

Pro dote datur prælatio §. 4. p. 430. n. 9.

Pro dote repetenda privilegiata est uxor, & præfertur cæteris creditoribus n. 11.

Confessio mariti de dote recepta non sufficit, nisi aliter probetur n. 12.

Confessio a testatore facta in testamento dotis non numeratæ sufficit ad hoc ut valeat jure legati n. 20.

Facultas ad alienationem rerum maioratus non audito immediato successore concedi solet, præsertim pro securitate dotium, & arraharum illustrium personarum §. 44. p. 454. n. 15.

Legatum factum alicui puellæ pro dote, vel in tempus nuptiarum est conditionale §. 43. p. 458. n. 1.

Idem est dicere in vulgari sermone *para seu cazamento*, ac se dixerit *para seu dote* n. 23.

Dddd ii

Sumptus

Sumptus dandæ dotis, non incipit nisi nuptiis contractis n. 27.

Quando pater filiz dotem insimul & legitimam relinquit dotis legatum est conditionale n. 30.

E

Ecclesia.

Vetitum est ecclesiis, seu communitatibus, bona immobilia possidere seu administrare ultra spatium anni, & dici §. 7. p. 71. n. 11.

Et quoad hunc effectum confraternitas reputatur pro ecclesia n. 13.

In renovationibus non potest ecclesia veteram concessionum formam mutare, si ex mutatione magis laudatur ejus jus, quam antea n. 16.

Elemosina.

Elemosina ex propria sua natura voluntaria dicitur §. 13. p. 118. n. 18.

Emphyteusis.

Quando nominas in vita sua emphyteusim transtulit, potest gravare nominatum §. 1. p. 17. column. 1. vers. quod.

Pro re emphyteutica reivindicatiois actio adversus detinentem competit ibidem vers. quoad.

In emphyteusi gravamen interpositum, consentiente nominato valet, ac subsistit p. 21. column. 1. in principio.

Res emphyteuticari, & describi potest in instrumento cum sit aliena n. 29.

In provincia interannensi solutio pensionis tantum inducit contractum emphyteutium, quam census sub u. 30.

Licet emphyteuta non habeat facultatem sub emphyteuticandi annorum curriculo, præsumitur consensus solemniter n. 31.

Data facultate nominandi emphyteusis nominari potest tam in masculo, quam in femina p. 23. column. 2.

Bona emphyteutica perpetua subjici possunt vinculo Capellæ, absque domini consensu §. 7. p. 67. n. 5.

Bona emphyteutica, non possunt uniri vinculo maioratus n. 9. & 12. & 25. & 27.

Et si subjiciantur vinculo Capellæ seu

maioratus, erit cum consensu domini directi ne inalienabilis fiat, & directus dominus laudemis privetur n. 10. & 12.

Alienandi facultas, quoties in emphyteusis concessione conceditur, & jam si alia, inveniuntur clausulæ, quibus contrarium suaderi videatur, neque alienatio prohibetur neque de pacto & providencia dicitur emphyteusis n. 20.

Emphyteusis liberæ nominationis de consensu directi domini ad libitum in familiarum mutari valet §. 17. p. 159. n. 20.

Emphyteusis per æstimationem dividitur §. 25. p. 322. n. 41.

Emphyteuticatio prohibita est, quoties prohibetur alienatio n. 97.

In emphyteusi non obstante prohibitione alienationis tamen necessariæ alienationi datur locus §. 40. p. 431. n. 15.

In Emphyteusim concedi non possunt res maioratus §. 42. p. 448. n. 6.

Qui quotannis pensionem solvit jus emphyteuticum præscribitur §. 52. p. 502. n. 5.

Consensus uxoris non requiritur in nominatione emphyteusis si fiat cum reservatione usufructus, in mariti nominantis §. 61. p. 531. n. 7.

Hæres in restitutione fideicommissi casualis, non tenetur emphyteusim restituere §. 16. n. 43.

Emptor.

Securus est emptor qui emit rem maioratus ab illo qui facultatem vendendi habet §. 42. p. 447. n. 1.

Exceptio.

Exceptiones si admittantur, nullus erit finis litum §. 1. p. 3. n. 6.

Exceptio rejudicatæ, ad hoc ut locum habeat sufficit ut interveniant identitates interpretativæ n. 7.

Exceptionem juris tertii, regulare est opponi non posse §. 25. p. 329. n. 49.

Sed si admittatur, tunc enim non de jure tertii excipitur, quam de non jure agentis n. 50.

Exceptio de jure tertii potest opponi quando ex illo excluditur actio, & intentio juris agentis, ut si aliquis intenderet reivindicacionem & opponeretur alium habere dominium. ibidem.

Exceptio de jure tertii tanquam perimens jus

ius agentis, recte admititur. ibidem.

Exceptio de jure tertii in maioratum controversiis, quando liquide demonstratur aliam esse proximiorum vel parem in gradu quia tunc est exclusio juris agentis n. 57.

Reus potest opponere exceptionem scilicet, de te non loquitur institutio n. 59.

Limitatur n. 61.

Exceptio firmat regulam in contrarium §. 41. p. 445. n. 28.

Executio.

Quando boni maioratus hypothecantur cum facultate regia prius bona libera executuntur, quam bona maioratus §. 31. p. 380. n. 9.

Si res hypothecatae sunt, in illis executio potest fieri quia prohibitio institutoris non potest tollere jus creditoris n. 10.

Possessor praedii censuarii recte convenitur, non praehabita executione, eo quod constitutio census super fundo, non manet in terminis hypothecae quae de se habet ut prius executiatur principalis debitor quam possessor hypothecae sed transit in onus reale, quod rem sequitur quocumque vadat §. 6. p. 53. n. 1.

Expense.

Funeris expensae deducuntur ex communi a cervo §. 54. p. 555. n. 10.

Expressum.

Expressum non solum dicitur illud quod ex verbis exprimitur, sed etiam quod ex mente, & voluntate testatoris colligi potest §. 5. p. 52. n. 16.

Extentio.

Ea quae limitato casu disponuntur, ultra illum casum non extenduntur §. 28. p. 371. n. 1.

Extentio de casu ad casum admittitur, etiam extacita voluntate testatoris §. 29. p. 376. n. 34.

Provisio facta in uno casu, extenditur ad alium non expressum §. 43. p. 460. n. 15.

Factum.

Voluntas, & potestas difficiens operatur facti nullitatem §. 13. p. 118. n. 17.

Facultas.

Facultas ex falsa causa consequuta redditur nulla §. 24. p. 293. n. 8.

Falsitas.

Falsitatis praesumptio, pro probatione habetur §. 31. p. 439 col. 2. vert. hz.

In dubio potius debet fieri interpretatio falsitatis exclusiva n. 7.

Praesumptio falsitatis semper contra illum inducitur qui utilitatem ex instrumento recipit. 8.

Attamen hoc praecipue locum sibi vindicat, quando constat utilitatem ex instrumento recipientem, illud in potestate sua habuisse n. 9.

Instrumentum de falso suspectum fidem non facit n. 11.

Hoc tamen facit quando ipsius veritas aliunde comprobatur ibidem.

Falsitatis praesumptiones exclusivae quae sunt n. 13.

Falsitatis suspicio enervatur quando nulla est causa, ut falsitas committatur n. 14.

Falsitas diluitur quoties contra falsitatem adest contrarium tertium multitudo n. 15.

Falsitas difficilis probationis reputatur in jure & ad ipsam detegendam, quaedam civilis revelatio requiritur n. 26.

Falsitatis suspicio in civilibus pro falsitate habetur §. 43. p. 461. n. 21.

Fama.

Fama in materia antiqua legitime probat §. 33. p. 408. n. 15.

Fama mortis cum diuturna absentia aliquo modo mortem probat §. 57. p. 515. n. 2.

Fama vicinae constituitur quis in quasi possessione filiationis §. 13. p. 111. n. 2.

Familia.

Ad hoc perpetuitas succedendi per fideicommissum

commisum inducatur requiritur non solum quod testator familiam incitet, sed quod declarat bona in familia esse conservanda §. 54. p. 506. n. 6.

Principalis institutorum finis, est ut splendor familiæ conservetur §. 65. p. 563. n. 19.

Quilibet potest instituere maioratum, alienæ familiæ contemplatione n. 27.

Si fideicommissarius alienaverit a familia domum in familiam relictam potest eam successor reivindicare §. 44. p. 468. n. 2.

Ex vocatione familiæ, & descendendum, inducitur tacita non alienandi prohibitio §. 46. n. 13.

Hoc intelligendum quando testator voluit fideicommissum in familia conservare alias autem vulgarem institutionem constituit n. 14.

Fideicommissum.

Quando fideicommissum est relictum, favore agnationis conservandæ pro eo tanquam benignior sententia ferenda est. §. 2. p. 14. n. 16.

Fideicommissum potest dici legatum, & contra n. 22. p. 17. column. 1.

Simplex dispositio cum onere perpetuo missarum nominatis à testatore aliquibus personis per quas debet ambulare, e cum illas non egreditur fideicommissum temporale reputatur. §. 5. p. 51. n. 12.

Et recte vendi possunt hujus modi bona in vita primi gravati ibidem.

Differentia inter legatum, & fideicommissum, rei propriæ, & hæredis nulla est. §. 16. p. 146. n. 44.

Hæres in restitutiones fideicommissi cessantis non tenetur donationes, & emphyteusim restituere n. 53.

Ratio cur ita sit. n. 54.

Fideicommissum perpetuum familiæ loquendo, à maioratu non difert §. 25. p. 335. n. 79.

Fideicommissum tantum datur in capella, quam in maioratu. §. 29. p. 366. n. 6.

Fideicommissum perpetuum, tractum successivum induxit n. 9.

Fideicommissum evanescit, difficiente conditione n. 12.

Ex alienationis prohibitionis in favorem filiorum facta fideicommissum inducitur. §. 32. p. 396. n. 21.

Quando quis fideicommissum instituit in omnibus bonis quæ hoc, vel illo loco possidet omnia bona ibi existentia vinculantur censenda sunt §. 33. p. 404. n. 6.

In bonis fideicommissi præscriptio non admittitur, contra successores, nisi postquam agere potuerunt §. 38. p. 419. column. 1.

Fideicommissum præscribi potest spatio 30. annorum. ibidem.

Sed tantum inteligitur ut tempus currere incipit ab eo in quo fideicommissarius agere poterat ibidem.

Verba quæ inducunt fideicommissum §. 40. p. 424. n. 8.

Non solum ex verbis, sed ex mente fideicommissum inducitur n. 5.

Fideicommissum temporale ultra personas nominatas, progredi non valet §. 54. p. 506.

Ad hoc ut perpetuitas succedendi per fideicommissum inducatur requiritur non solum quod testator familiam incitet, sed quod declarat bona in familia esse conservanda. n. 6.

Verba *deixo a Maria as cazas, e por morte della a seus herdeiros* absque ulla controversia fideicommissum inducunt §. 63. p. 548. n. 7.

Verba *que a dita quinta a não venda o dito seu filho, e que todo o possuidor da dita quinta depois do dito seu filho cumpra o dito encargo perpetuamente*, fideicommissum inducunt §. 40. §. 424. n. 4.

Fidejussio.

Si in instrumento fidejussionis facta fuerit mentio de principali obligatione, quantumvis de propria non constaret eundem effectum consequeretur §. 1. p. 15. n. 18.

Sicut mulier non potest fidejubere ita etiam consensus ad pignus, seu Hypotecam constituendam a jure ei prohibitum est §. 20. p. 232. n. 4.

Fides.

Frangenti fidem, fides frangatur eidem §. 4. §. 39. n. 21.

Difficiente titulo, possessor constituitur in mala fide §. 21. p. 245. n. 19.

Certioratio fidem non facit absque juramento §. 22. p. 272. n. 67.

Ille qui iusto errore ductus putat rem esse suam dicitur habere bonam fidem. §. 25. p. 350. n. 118.

Ubi est jus dubium, non dicitur mala fides ibidem.

Alite contestata incipit possessor esse in mala fide §. 27. p. 356. n. 5.

Mala fidei præsumitur is, qui contra juris solemnitates emit §. 31. p. 387. n. 13.

Spatium 40. annorum, sufficit ad inducendum titulum, & bonam fidem §. 62. p. 537. n. 8.

Instrumentum de falso suspectum, fidem non facit §. 41. n. 11.

Hoc tamen salit quando ejus veritas aliunde comprobatur ibidem.

Filia.

Simpliciter vocata filia, indubie admittenda est, exclusis patris §. 25. p. 338. n. 83. & 84.

Filius.

Filius uti primus repetitus, primus est admittendus §. 1. p. 20. n. 27.

Filius mortuo patre efficitur suus, & necessarius hæres §. 4. p. 33. n. 3.

Sed ut dicatur suus necessarium est quod requiratur immixtio filii, alias uti suus nunquam reputandus est. n. 5.

Pater in filii legitima eo contentiente potest instituere maioratum n. 6. & 24.

Sed necessario probandus est consensus ibidem.

Attamen tacitus admittitur si resultat ex actu per quem necessario explicatur ibidem.

Pater non potest gravare filios in legitima n. 10.

Pater non tenetur filium alere si ejus substantia pro suo victu tantum subsistat §. 10. p. 98. n. 2.

Filius egenus ut filiationem probet quæ circumstantiæ requirantur §. 13. p. 112. n. 5.

Appellatione filiorum veniunt naturales n. 11.

Sed limitatur ut non procedat respectu naturalium ex parte matris. ibidem.

Infamini horrendum est habere filios naturales n. 13.

Filiis primi matrimonii in injuria irrogari censetur, per sublequens matrimonium §. 16. p. 145. n. 33.

Unde succurrendum est illis, lege, in eorum favorem lata n. 74.

Filius potest venire contra alienationem à patre, vel à matre factam, si sit hæres tantum in legitima, & pater, & mater titulo tantum lucrativo alienare n. 38.

Filius gravari potest, in tantum quantum ultra legitimam honoratur n. 55.

Ex prelegato non tenetur quia necesse est, quod sit filius institutus n. 56.

Quando filius ultra legitimam habet solum legatum non tenetur ad onus impositum in legitima quia titulo legati, gravari non potest n. 57.

Filius si succedat in legitima tantum ut bonorum quota, vel hæreditatis quota, nunquam tenetur debita solvere, nec potest conveniri a creditoribus §. 19. p. 213. n. 9.

Filius quando succedit in legitima illam capit purgatam, ab omni ære alieno n. 11.

Inter filios æqualis ratio habenda est. n. 29.

Filius ex sua legitima patris debita tot facultatibus penes maioratum possessorem extantibus recte persolvit n. 31.

Filius legitimus respectu patris, solum ille dici potest, quem nuptiæ demonstrant §. 22. p. 255. n. 12.

Ut probetur filius naturalis tantum non legitimus recurrendum est ad omnes conjecturas n. 13.

Filius dicitur à filo, quia per filium ordo, & filium generationis conservatur p. 260. §. 22. n. 26.

Vicini vel conjuncti præsumuntur scire an quis sit filius sui vicini vel conjuncti quanvis eorum assertio plene non probet filiationem n. 33.

Descendentes filii senioris qui alias si viveret in maioratu erat successurus filio secundo genito præferendi sunt §. 25. p. 306. n. 2.

Si filius vel hæres institutus sine liberis decesserit sufficit quandoque liberos non existere ut substitutio illis non extantibus locum sibi vendicet §. 25. p. 311. n. 17.

Filiorum nomine, veniunt nepotes n. 19.

Filii illegitimi odiosi instituentibus sunt totique familiæ inferunt ignominiam n. 32.

Filius naturalis, non est in patria potestate. n. 37.

Nec repræsentat consanguinitatem, gradus

gradus, & lineam. numer. 36.

In bonis divisibilibus per æstimationem datur repræsentatio etiam in filiis naturalibus n. 43.

Filii naturales quando sunt capaces successionis, non excluduntur n. 44.

Filii vocati ab institutore, indubie admittendi sunt, patris exclusis 83. 84.

Filius est eademque persona cum patre n. 105.

Non inter est ut præmoriatur invitatus, si filium relinquit n. 115.

Decedens filius sub patria potestate pater hæres non tenetur tradere tertiam ad anexationem sed omnia pupili bona ad patrem pertinent §. 28. p. 360. n. 1.

Quando testator comisit distributionem administratori, administrator potest admittere ad distributionem filios suos n. 16.

Bona filio familias relinqui possunt sub ea conditione, ut patri ususfructus non acquiratur §. 32. p. 368. n. 24.

Quæquidem conditio sufficit ut tacite ex conjecturis inducatur. ibidem.

Non sufficit filius esse, ut statim hæres existat, supposito abstentionis beneficio §. 36. p. 416. n. 5.

Alimenta a jure naturæ tam naturalibus, quam filiis spuris debentur §. 43. p. 460. n. 11.

Filius in vita patris, aut loceri non potest impugnare transactionem bonorum maioratus §. 44. p. 470. n. 12.

Quavis certum sit quod filius de necessitate juris institui aut ex hære dari debet, & legitima absque onere relinqui, alias onus rejicitur, & institutio invalidatur, tam si filius oneri assentiat institutio valet §. 56. p. 513. n. 7.

In generationis numero persona generans non est de numero, nec comprehenditur in generatione filiorum §. 59. p. 521. n. 1.

Invocatione filiorum, non dicitur esse vocatum parentum eorum n. 2.

Et in legato in ejus favorem facto censetur exclusus pater aut mater n. 3.

Nihilominus tamen post filios vocatos pater ipse si vivat admittendus est, & censetur vocatus n. 4.

Atque ita si filii non existant per obitum possessoris debet succedere mater vocati, & non alter tertio loco vocatus n. 6.

Verba *do dito seu filio* generalia sunt, & comprehendere possunt filio conjunctos ex

cognitione patris aut ex cognitione matris §. 65. p. 564. n. 28.

Filiatio.

Fama vicinæ constituitur quis in quasi possessione filiationis §. 13. p. 111. n. 2.

Ut filiationem probet filius egenus quæ circumstantiæ requirantur n. 5.

In quasi possessione filiationis sufficit ad alendum §. 13. p. 111. n. 2.

Fœmina.

In fœminis plus horrendum est habere filios naturales, quam in masculis §. 13. p. 117. n. 13.

Fornicationis vitium, torpissimum, & infame est in fœmina ibidem.

Fœmina succedens, tenetur nubere alias fiet transitus ad alium proximiorum, quæ clauula tenetur de jure §. 22. p. 270. n. 56.

Fructus.

Fructus suos facit possessor bonæfidei ante litem contestatam §. 25. p. 350. n. 117.

Nam ille qui justo errore ductus putat rem esse suam dicitur habere bonamfidem, & facit fructus suos n. 118.

Fructus suos non facit possessor qui emit rem contra juris solemnitates, quia præsumitur malæfidei §. 31. p. 387. n. 13.

Propter vim commissam, tenetur possessor ad fructus restitutionem a die mortis ultimi possessoris §. 47. p. 483. n. 6.

Fructus non possunt inteligi deductis expensis §. 51. p. 499. n. 5.

Qui habet jus percipiendi fructus, illi laudemium spectari debet §. 60. p. 526. n. 18. vid. laudemium.

Fundamentum.

Distracto fundamento tollitur ædificium §. 22. p. 256. n. 18.

Funus

Furis expensas deducuntur ex communi a cervo §. 64. p. 555. n. 10.